RENÊ RIGON

**EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA DO PROJETO
DE DESENVOLVIMENTO – UM ESTUDO DAS POSSIBILIDADES
DO PROJETO COMUNIDADE, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Jaci Poli

CURITIBA

2007

Aos meus pais e irmãos, pelo
companheirismo e incentivo nos
momentos de maiores dificuldades.

Ao MST, pela forma que proporcionou que
eu visualizasse o mundo.

AGRADECIMENTOS.

À Luciana, pela paciência a mim desprendida durante os momentos de estudos e escrita.

Ao meu Orientador, Professor Jaci Poli, por tão valorosas contribuições em minhas reflexões e escritas.

Às pessoas que participaram do PCFE, ajudando a construir um processo de reflexão sobre a vida e educação.

À Coordenadora da Especialização, Professora Natacha, carinhosamente por mim chamada de “Pitanga”, pela ajuda e insistência para eu concluir os trabalhos.

À Professora Cecília, pelas dicas muito valorosas e parceria no PCFE.

A todos os companheiros do Acampamento Porto Pinheiro, por compreender a minha ausência deste espaço, enquanto “concluía” minha formação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1. O PROJETO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E O EXÔDO RURAL.....	09
1.1. DESENVOLVIMENTO	09
1.2. UM POUCO DE HISTÓRIA DO BRASIL.....	10
1.3. MUDANÇAS NO CONTEXTO.....	17
1.4. O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL, ATÉ O ANO DE 1960.....	24
1.5. RESQUÍCIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, NO PERÍODO QUE COMPREENDE ENTRE 1500 A 1930.....	26
1.6. O PROCESSO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA, DESDE A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO, ATÉ O SURTIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	28
2. O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O EXÔDO RURAL.....	31
2.1. IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA SOBRE AS FAMÍLIAS E COMUNIDADES	31
2.2. GÊNESE DA AGRICULTURA.....	32
2.3. A REVOLUÇÃO VERDE E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O CAMPO: A MODERNIZAÇÃO DOLOROSA DO CAMPO BRASILEIRO	36
2.4. A RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES NO CAMPO.....	39
2.5. CONTRIBUIÇÕES DOS ENCONTROS DO PROJETO COMUNIDADE, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO, SOBRE O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A PROBLEMÁTICA VIVENCIADA NO CAMPO	44
3 A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL	50
3.1. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O ESVAZIAMENTO DO CAMPO... ..	50
3.2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E NO CAMPO: CONSTATAÇÕES ABSTRAÍDAS A PARTIR DOS ENCONTROS DO PROJETO COMUNIDADE, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO.....	51
3.3. EDUCAÇÃO RURAL: EXTENSIONISMO OU EDUCAÇÃO?.....	58
4. O PCFE O FUTURO PASSA PELAS NOSSAS MÃOS.....	62
4.1. UMA VIVÊNCIA DIFERENCIADA DE SE PENSAR EDUCAÇÃO COM OS SUJEITOS DO CAMPO.....	62
4.2. A DIVISÃO DAS COMUNIDADES EM PEQUENOS NÚCLEOS.....	64
4.3. MATERIAIS DE APOIO PARA AS DISCUSSÕES NOS ENCONTROS.....	66
4.3.1. Família, Juventude e Crianças.....	67
4.3.2. Mídia e cultura local.....	68
4.3.3. Modelos de Agricultura, mão de obra e trabalhos nas famílias.....	69
4.3.4. Função da comunidade e (des) nuclearização das escolas.....	70
4.3.5. Saúde, alimentação e vida saudável.....	72
4.3.6. Escola e projeto de formação para agricultores.....	73
4.4. AS MÍSTICAS.....	75
4.5. A DINÂMICA DOS ENCONTROS.....	76
4.6. OS PROJETOS PENSADOS NO COLETIVO.....	78
4.7. A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO PCFE.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92

INTRODUÇÃO.

Eu, Renê Rigon, agricultor, camponês, que nasci no campo, estudei até a 4ª Série em escolinha multisseriada; que percorria 15 quilômetros diários de bicicleta e, quando chovia ou estragava este meio de transporte, percorria esta distância a pé para cursar o Ginásio. Camponês que acordava às 05h00min da madrugada, fazia um percurso de 2 quilômetros de caminhada, para então embarcar no ônibus, se deslocando até o perímetro urbano, para cursar o magistério. Eu camponês, agricultor, que, tendo concluído o segundo grau, sem ter opção de trabalho na agricultura, devido ser filho de uma família agricultora com pouca terra e não querendo ir para um centro urbano, por causa de minhas raízes, acabei optando em ingressar nas fileiras das pessoas que, de forma organizada, adentram na luta pela conquista de um pedaço de terra.

Um camponês, que posso afirmar, passou a ter uma visão totalmente diferente do campo, a partir do momento em que ingressei no MST. No qual, aprendi a valorizar os companheiros a coletividade, percebi que poderia contribuir e muito para que os filhos dos acampados, ocupassem o latifúndio do saber, tendo acesso ao conhecimento. Conhecimento que historicamente fora privilégio de poucos. Iniciei trabalhando como educador, ajudando a brigar por escola e por uma proposta de educação que contemplasse a nossa realidade. Desta forma conquistamos a escola dentro da área de ocupação; conseguimos fazer com que as famílias participassem da vida escolar. Desenvolvemos educação no meio da roça, nas guaritas, nas marchas, congressos, protestos. Em fim, na luta pela terra percebi que, bem mais que lutar pela posse da terra, estamos lutando pela possibilidade de viver. Viver, este verbo bonito, que é negado a muitos seres humanos, para que a especulação e o capital possam explorar. Viver, uma nova descoberta para todos que participam da luta pela terra e percebem que só somos frágeis, mas que no coletivo encontramos forças para vencer um inimigo maior; o latifundiário, que oprime culturalmente, ideologicamente e

economicamente.

Mesmo num período difícil, dentro do processo de ocupação, com ameaças de despejo e de pistolagem, consegui com muito sacrifício fazer pedagogia, fazendo por algum tempo 6,5 km de caminhada, isto após as 23:00 horas. Dificuldade que se passava desde a falta de um espaço adequado para estudar, guardar os materiais, até a falta de energia elétrica. Dificuldades estas que foram superadas com muito esforço, dedicação e apoio dos companheiros.

São quase dez anos de ocupação, com muita luta sofrimento e perseverança. Conquistamos muitas coisas, mas ainda não chegamos ao objetivo principal, a conquista da terra, porém continuamos enfrentando todos os desafios, lutando unidos em prol deste objetivo .

Graças ao MST tive oportunidade de continuar os meus estudos, e fazer Especialização em Educação do Campo.

Ser especialista em Educação do Campo é um título que traz consigo uma carga grande de responsabilidade, para ajudar a pensar e colocar em prática a educação do e para o campo. Neste sentido a construção de uma monografia é bem mais do que sintetizar pensamentos de teóricos. Faz necessário para um especialista buscar nas práticas dos povos do campo, elementos que demonstram na práxis, como acontece a Educação do Campo e a perspectiva, que isto traz para os sujeitos envolvidos.

Ao mesmo tempo em que fazíamos especialização em Educação do Campo desenvolvíamos em Porto Barreiro, o Projeto Comunidade, Família e Educação, que tem como lema “O futuro passa pelas nossas mãos”. O principal objetivo que este projeto visualiza, era ampliar o conceito de educação, buscando para isso, criar mecanismos, para que as pessoas percebessem que ao discutir a agricultura e suas problemáticas, estamos discutindo educação. Que ao discutir produção de alimentos saudáveis, hábitos alimentares e saúde, estamos discutindo educação, assim como ao discutir inúmeros temas relacionados com a vida familiar e comunitária, é discutir educação. Procuramos romper com a visão meramente escolástica e mercadológica da educação.

Neste contexto o Projeto Comunidade, Família e Educação, trabalhou

em todas as comunidades do município de Porto Barreiro, e coube a mim, enquanto especialista em Educação do Campo, compreender a importância deste projeto, enquanto “Educação numa perspectiva contra hegemônica ao projeto de desenvolvimento capitalista”, fazendo relação ancorada nos os teóricos, que defendem uma educação humanizadora e libertadora, onde o ser humano seja o centro do processo, enquanto sujeito contrapondo-se à educação mercadológica que tem o mercado como foco principal e as pessoas enquanto objetos do processo.

Educação numa perspectiva contra hegemônica ao projeto de desenvolvimento, é um estudo das possibilidades do Projeto Comunidade, Família e Educação. Nos relatos das pessoas que participaram dos encontros, percebemos o descontentamento, com relação á escola e o estranhamento, que esta tem trazido para as pessoas que passam pelos bancos escolares.

A Educação do Campo precisa assumir uma postura firme contra o projeto mercadológico capitalista, conforme Freire, não existe neutralidade, a educação tem uma carga de intencionalidade. Precisamos ter clareza de qual é a intencionalidade da educação. Ou assumimos uma postura firme contra a educação que massifica e homogeneiza as pessoas, ou estaremos reforçando as cadeias do determinismo da educação capitalista, que faz com que as pessoas estudem simplesmente para abandonarem o campo e numa perspectiva futura o campo será deserto de seres humanos, tornando-se num espaço de produção. Produção, apenas de mercadoria, que alias é o que a escola também tem produzido.

Não é essa a educação que queremos para o campo. Queremos uma educação que trabalhe a partir da realidade dos povos do campo, sem negá-la. Uma educação que potencialize a vida no e do campo e com vida de qualidade.

Nesta perspectiva, a monografia está assim dividida:

Capítulo I. projeto de desenvolvimento do Brasil e o êxodo rural. Neste capítulo faço uma análise histórica de como se deu o processo de ocupação do território brasileiro, procurando perceber o projeto de desenvolvimento projetado e implementado no Brasil, tentando visualizar em que momento se é que houve esteve presente a preocupação com as pessoas e com o desenvolvimento interno.

No segundo capítulo, trabalhamos o “Processo de modernização da

agricultura e o êxodo rural. Abordo a questão dos efeitos que o processo de modernização em causado para o campo, procurando fazer um paralelo da gênese da agricultura, até a agricultura moderna, nos moldes do agro negocio e a transgênia. Trato também da concentração fundiária e do movimento de resistência dos agricultores Sem Terras, desgarrados da terra, que ocupam latifúndios para poderem continuar vivendo no campo.

No capítulo III, revisito “A Educação Rural no Brasil”. Neste capítulo procuramos analisar o papel histórico que a educação, criação burguesa, tem desempenhado ao longo dos tempos, na implementação dos projetos capitalistas. Demonstro a insatisfação e os estranhamentos que a escola tem trazido para as pessoas, constatações estas abstraídas dos encontros do Projeto Comunidade, Família e Educação.

No capítulo IV, procuro mais especificamente o Projeto Comunidade, Família e Educação, trabalho tendo por pressuposto a metodologia a gênese do Projeto Comunidade, Família e Educação, a dinâmica e as místicas dos encontros, o envolvimento das famílias e os resultados visíveis.

No seu conjunto, o texto se propõe a buscar os elementos contra-hegemônicos presentes nas práticas do projeto, bem como, pelo projeto, perceber os elementos necessários a um projeto que quer ser contra-hegemônico, em todo o seu significado político e pedagógico.

1.0 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E O ÊXODO RURAL.

1.1. DESENVOLVIMENTO?

Antes de começarmos escrever sobre o projeto de desenvolvimento pensado e implementado no Brasil, precisamos ter ciência de que desenvolvimento estamos nos referindo. Seria o desenvolvimento econômico? Ou humano e social? A resposta depende de uma postura crítica, pois gostaríamos de desconstruir o processo de desenvolvimento para tentar entender em que momento da história esteve presente, frente às discussões pessoas enquanto sujeitos históricos, com capacidade de mudança, ou se sempre fora o capital que ditou as regras.

Neste contexto também acreditamos e defendemos sempre os seres humanos e que o capital deve ser algo que esteja a serviço das pessoas e não ao contrário; assim sendo a educação escolar formal, ou não formal, que acontece em diferentes ambientes precisa assumir uma postura clara, não meramente discursiva como encontramos por aí. Mas uma educação que tenha realmente em suas práticas, tendo o ser humano como agente e sujeito de direito em que sua identidade, seus saberes e cultura sejam respeitados.

A educação, repetimos as palavras de Freire, não é um ato neutro, ela precisa ter uma postura de estar, ou a serviço do capital ou estar a serviço das pessoas. Isto passa primeiramente pela consciência de nossos educadores, que precisam terem o mínimo de criticidade, para historicizar a educação e existencializar o ser humano, como o centro do processo e não o mercado, como defende a educação mercadológica. Construir um conhecimento libertador e humanizador é um dos primeiros passos para romper com os conceitos da educação enquanto fomentadora e preparadora de mercadorias para o desenvolvimento capitalista.

Este é o centro da questão e nossa proposição , construir um processo educacional contra hegemônico, que passa necessariamente pela capacidade de assumir uma postura firme enquanto educador, comprometido com a vida e com as pessoas que mais dependem da escola para se libertarem das entranhas do capitalismo e desta forma rever o conceito de desenvolvimento.

1.2. UM POUCO DE HISTÓRIA DO BRASIL. E ALGUNS QUESTIONAMENTOS

Diante do desafio de escrever sobre o projeto de “desenvolvimento” e o papel da educação pensado (e executado) no Brasil, desde o seu “descobrimento”, até os dias atuais, percebemos que é preciso fazer uma rápida análise de como ocorreram as ocupações neste território e qual é o enfoque de desenvolvimento colocado em prática, conforme ressaltamos nas linhas anteriores, sem esquecer, é lógico, de que educação é pensada e desenvolvida no período, e para que estava servindo, procurando fazer uma relação com a educação do século XXI.

Partimos do princípio que a história contada pelos descobridores, haja visto que, pouco ou quase nada, existe sobre a história contada pelos colonizados (povos descobertos) e escravizados.

Os escritos relatam, que os portugueses, na expedição comandada por Pedro Álvares Cabral, vieram por desvio de rota, descobrir terras até então sem dominadores. Portugal transformou o território recém descoberto em mais uma de suas colônias, que tinha por objetivo produzir riquezas para a metrópole. O desenvolvimento projetado e executado desde o seu princípio sempre foi exógeno, isto é, pensado a partir de fora, de interesses externos e com decisões tomadas a milhares de quilômetros do Brasil. Nesta lógica tudo era pensado para desenvolver a metrópole, e a função da colônia, seria a de produzir mercadorias para abastecer Portugal e servir de moeda de troca aos mercantilistas.

Uma das primeiras atividades econômicas desenvolvidas na colônia (Brasil), estavam diretamente ligadas ao extrativismo. Primeiramente o extrativismo vegetal, onde a principal madeira extraída era o “Pau-Brasil”, madeira esta que, devido

a sua abundância e o seu valor econômico, viera a dar o nome ao país. Posteriormente, teve início a fase do extrativismo mineral, sendo que os principais minérios explorados eram o ouro, a prata e o diamante.

Após a primeira fase de extrativismo tem início a ocupação agrícola com a produção da cana-de-açúcar. Cultura trazida de outras terras colonizadas pelos portugueses, tendo como objetivo produzir açúcar, um produto altamente valorizado no período do mercantilismo. Portanto, a cana de açúcar foi a primeira monocultura deste território. E para a produção desta, a coroa portuguesa realizou o processo de concessão de terras, através de um sistema chamado de capitânicas hereditárias. Para torná-las viáveis, os donatários precisavam de mão de obra. A saída visualizada e aplicada pelos donos das capitânicas hereditárias foi de explorar a mão de obra, através do trabalho escravo.

Os nativos que habitavam as terras recém descobertas, que em 1500, ano que marca oficialmente o período da colonização das terras brasileiras, eram mais de 5 milhões. No início do século XXI são pouco mais de 200 mil, foram chamados pelos descobridores de índios, pois estes acreditavam ter chegado à Índia. Estes nativos, agora então batizados de índios, tinham como única forma de uso dos minerais preciosos, como peças de adornos e enfeites, não dando valor econômico aos mesmos. Viviam em perfeita harmonia com a natureza, tirando dela tudo o que precisavam para viver.

Os portugueses, sendo conhecedores do alto valor econômico destes adornos e muito gananciosos trataram de persuadir os nativos, fazendo trocas muito vantajosas para os invasores. Um dos meios mais eficazes que os descobridores encontraram para fazer com que os povos indígenas entregassem suas riquezas e ainda ajudassem a descobrir onde estes minerais se encontravam foi o de presentear os nativos com água ardente, ou seja a cachaça. Além de outras inúmeras espécies do que eles chamavam de presente.

Houve também, neste período inicial, uma tentativa de escravizar os povos indígenas, sendo que o principal mecanismo utilizado para isso, foi a catequese, desenvolvida com a vinda dos padres Jesuítas.

Faremos uso de uma música que ilustra muito bem esta fase inicial do

descobrimos do Brasil e vai até o início da fase em que o país se tornou uma república. Aparece na letra um elemento importantíssimo, que é resistência índia, negra e popular, demonstrando também, a união das pessoas em prol de um projeto popular.

500 Anos de Resistência - Zé Pinto

1. A invasão chegou de barco nesta América Latina / Veio riscado da Europa este plano de chacina / Vinham em nome da civilização / Empunhando a espada e uma cruz na outra mão. (bis)

2. No pelourinho da morte tanto sangue derramado / Pra mão-de-obra barata índio e negro escravizados/ São três histórias neste grande continente / Uma bem antes dos invasores chegarem...

3. E a segunda cinco séculos de invasão / E a resistência índia-negra-popular / E a terceira é a que vamos construindo / Pra destruímos a raiz de todo mal / E a nova etapa vai trilhando por aqui / Quinhentos anos Campanha Continental.

4. Esta história de dois mundos pelo mundo se espalhou / Com uma visão colonialista não mostraram nossa dor / Mas reacende um grito de resistência / Seguindo exemplos dos verdadeiros heróis /

5. O grito negro de Zumbi vem dos Palmares / Marçal, Proaño e tanto ergueram a voz / Estão presentes em nossa organização / Pra ter mais força é preciso unificar / Marchando firme contra toda escravidão / E o farol de Colombo vai se apagar.

(CD Arte em Movimento)¹

Quinhentos anos de resistência índia negra e popular é bem mais que uma música, é, para a Educação do Campo e para quem acredita num processo educacional contra hegemônico, um instrumento de luta, perseverança e resistência contra o capitalismo selvagem, assim como a capoeira foi para os negros uma forma de resistência contra os colonizadores.

É por isso que decidimos fazer uso de uma música que tem em sua letra uma dose de esperança. Afinal de contas, muitos já realizaram estas lutas contra o sistema opressor. Cabe a nós seguir os exemplos que aí se encontram.

É preciso ter a ousadia de sonhar um sonho e liberdade de gritar, de expor nossos ideais em praça pública, mesmo que alguns tentem nos calar. Aí sim teremos mais força de gritar ainda mais alto. Somos seres humanos, irmãos de sangue. Precisamos visualizar e vivenciar espaços para que todos tenham oportunidade de viver e não meramente ser objetos de exploração, para que outros vivam as custas do

¹ Arte em Movimento, é um CD construído pelo Setor de Cultura do MST em 1998.

sofrimento dos excluídos.

Quinhentos anos de resistência índia, negra e popular, reflete um pouco os grandes entraves que os povos enfrentaram para ousar sonhar com a liberdade. Reascendendo o grito de esperança que por vezes tentam calar de tantas formas. Estes gritos que acreditam os capitalistas serem calados com as mortes, servem para multiplicar os frutos dos sonhos. Sonhos que faz com que milhões, ou bilhões de seres humanos acordem a cada dia dispostos a sonharem com um mundo mais justo, humano e fraterno. Um mundo com união, respeito, cooperação e solidariedade entre as pessoas. Um mundo sem guerras, sem preconceitos, sem opressores e oprimidos. Enfim um mundo para as pessoas e não para o capital.

A música reflete também os desmandos da igreja, enquanto instrumento usado pelo colonizador, para melhor explorar os povos indígenas. Neste contexto, a igreja católica, que havia conquistado muito espaço na idade média, fez questão de expandir seu território, para as terras recém descobertas, trazendo para cá as denominadas missões Jesuíticas, que tinham objetivo de catequizar os nativos. Porém, o que ficava evidente é que, bem mais do que o catecismo, visava domesticar os indígenas. É neste contexto que a música relata que *“vinham em nome da civilização empunhando uma cruz e a espada na outra mão”*, onde quem não aceitasse a cruz receberia a espada, ou seja, a sentença de morte. No entanto, a mesma música relata que muitas pessoas se organizaram e resistiram bravamente contra a exploração, preferindo até mesmo perderem suas vidas a aceitarem determinadas imposições. Em alguns casos a resistência era de simplesmente ficar parados e preferirem a morte do que a escravidão ou a catequização.

Os Jesuítas fundavam aldeamentos, onde os nativos reunidos recebiam ensinamentos da fé cristã católica e eram habituados ao trabalho e a obediência. Assim sendo, os nativos eram transformados em fiéis e em colonizados. A educação, neste contexto, era voltada para o caráter religioso da obediência e submissão, chegando a servidão.

Após frustrada tentativa de escravização dos povos indígenas que preferiam morrer a serem escravizados, pois que, o trabalho acumulativo não é parte da cultura dos mesmos. Estes povos, não têm a ambição de se preocupar com o futuro, da

mesma forma que um capitalista se preocupa. Eles tratam de viver o momento e de preferência o mais próximo da natureza possível. Diante deste contexto, o caminho encontrado foi buscar mão de obra fora da colônia, iniciando assim no Brasil Colônia, fase de importação de negros africanos para realizarem os trabalhos nos canaviais e engenhos. Ressaltamos ainda que os negros trazidos como escravos, não eram quaisquer negros, mas sim os mais evoluídos nos trabalhos com a agricultura e com maiores aptidão para o trabalho físico.

Um longo período, em que milhares de escravos foram necessários, para tornarem as capitanias hereditárias fortes e grandes produtoras de principalmente de açúcar. O trabalho escravo, neste momento histórico, foi a saída que os capitalistas encontraram, para substituírem as florestas, tornando as terras agricultáveis, com a plantação de enormes canaviais, onde o açúcar era uma das mercadorias produzidas e mercantilizadas por Portugal, formando no Brasil a civilização do açúcar, com produção em larga escala. Sobre isto alguns historiadores assim definem o período:

A civilização do açúcar". Uma economia baseada plenamente no cultivo da cana-de-açúcar e no trabalho artesanal de produção do próprio açúcar por meio dos engenhos. Neste período, o incentivo agrícola foi dado à produção em larga escala para abastecer o mercado europeu. Não havia o interesse de construir na colônia uma produção agrícola de pequeno porte e caráter diversificado, pois o elemento norteador das políticas européias era o mercado europeu. Assim, a colonização do século XVI foi fiel ao seu sentido original de "colonização de caráter absolutamente mercantilista", sem incentivo à pequena propriedade. (KLEPSIDRA - REVISTA VIRTUAL DE HISTÓRIA, 2005)

Abastecer o mercado europeu era a lógica do modelo de desenvolvimento econômico adotado, pela metrópole, para a colônia. Consistia em colocar nas mãos da fidalguia imensos latifúndios, sendo que os fundamentos da ordem era de produção semi-feudal. Esta forma de desenvolvimento contradizia as tendências dos próprios descobridores, para qual o feudalismo já estava ultrapassado e viviam a fase de mercantilismo, que pode ser considerado como uma primeira fase do capitalismo, entendendo que, as relações econômicas do mercantilismo possuem princípios semelhantes aos adotados pelo capitalismo do século XXI.

A burguesia agrária portuguesa, passara por uma grave crise no país luso, deslocara-se para a colônia, para recuperar o espaço perdido, porém neste novo

território, não mais haviam senhores e servos como no feudalismo europeu, mas haviam senhores e escravos

...Portugal, desejando ocupar e colonizar a nova terra e não tendo recurso para fazê-lo a custa do erário real, outorgou para isso grandes concessões a nobres e fidalgos, alguns deles ricos proprietários, e outros já experimentados, nas expedições das Índias... (STEDILE, A QUESTÃO AGRÁRIA, 2001, P. 40)

Estas grandes concessões desrespeitavam totalmente aos princípios, que julgamos mais corretos, onde os legítimos donos das terras, no caso os povos indígenas, foram violentamente expulsos, para que pessoas sem o menor vínculo com a terra e a realidade do território, simplesmente se apossasse de tudo.

A idéia de que no Brasil no período de colonização tenha repetido alguns princípios do feudalismo, não foi consenso entre os historiadores, pois conforme Caio Prado Júnior², a classificação do sistema implantado no Brasil como feudalista é um equívoco por dois elementos bem claros: O primeiro é que o modelo brasileiro, fundado na grande propriedade e no escravismo, tinha uma perspectiva de produção exclusivamente para o mercado europeu, através de sua metrópole; outro diferencial importante é que o processo brasileiro se estabeleceu com a vinda de europeus e africanos para implantar um sistema novo; o feudalismo europeu se estabeleceu sobre uma estrutura camponesa pré-existente.

Celso Furtado³ classifica que a implantação do sistema de produção do açúcar no Brasil assume um caráter empresarial, com características muito próprias que lhe permitiram sucesso.

A precocidade de Portugal no processo de navegações, juntamente com a Espanha, foi em razão de ter avançado para a constituição do Estado Nacional, superando a fragmentação política e econômica do feudalismo.

Neste processo houve o fortalecimento da burguesia comercial que, aliada ao Estado e à Igreja, conseguiu ver seus investimentos na navegação produzirem resultados importantes.

A aventura dos descobrimentos pode ser caracterizada como uma

² PRADO JÚNIOR, Caio, A Revolução Brasileira, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, 7 ed.

³ FURTADO, Celso, Formação Econômica do Brasil, São Paulo: Editora Nacional, 1989, 23 ed.

forma de busca de novos mercados, embora de forma diferente do que a conhecemos atualmente. Normalmente os empreendimentos mercantilistas buscavam localizar colônias produtoras de mercadorias para comercializar na Europa. A forma de aquisição dessas mercadorias era pela dominação militar e econômica, associada ao processo de catequização, além de trocar as novas mercadorias por produtos oriundos da Europa, normalmente de baixo valor econômico.

Na medida em que a descoberta de metais preciosos não havia ocorrido na colônia Brasil, como nas colônias espanholas, os portugueses adotam uma nova postura, promovendo a ocupação do território através da concessão de Capitânicas Hereditárias e implantando a produção de açúcar com base na cana-de-açúcar. A concepção era a de grandes explorações em grandes propriedades. O estatuto das Capitânicas Hereditárias permitia aos donatários a distribuição de terras na forma de concessões de sesmarias para poder avançar no processo de ocupação do território e desenvolver as atividades econômicas.

O sesmeiro tinha por obrigação ocupar a área e fazer com que dela se produzisse produtos para serem comercializados no exterior, principalmente nos países europeus. Desta forma havia um grande incentivo para quem decidisse instalar engenhos em suas sesmarias.

Essa forma de concessão é vista como parte de um projeto político bem definido pelo Estado: *'não nos parece que jamais tenha passado pela mente da corte portuguesa em colocar a terra nas mãos dos homens do povo, o que sempre foi desaconselhado pelo espírito da época, por ser anti-econômico.'* (STÉDILE, p 70). Pois, dificilmente conseguiriam ter um nível de produção que sobrasse para exportação. Pequenas propriedades não produzem apenas monocultura, mas trabalham num sistema de diversificação da propriedade alcançando a auto sustentabilidade. Se uma propriedade não depende do mercado para sobreviver, torna-se anti-econômico ruim para o sistema mercantilista e capitalista.

O principal incentivo para quem decidisse colocar um engenho era de ficar com uma área de terra mais próxima dos vilarejos. A força de trabalho que era utilizada nestes engenhos vinha basicamente da mão-de-obra escrava, adquirida através do mercado de escravos, que trazia negros africanos que eram hábeis

trabalhadores na agricultura.

A cultura da cana-de-açúcar foi a principal atividade econômica durante vários séculos, porém aos poucos outras culturas começavam a ocupar espaço, porém o enfoque não mudava, era produção para exportação mercantil.

Outras atividades nasciam, entorno das sesmarias transformadas em engenhos. A agricultura dos mantimentos, apesar de reconhecida a coisa principal e mais necessária da terra, continuaria a ser pelos séculos a fora, subordinada ao poder absorvente do açúcar, isto é, ao monopólio da terra, o que equivale dizer a monocultura(STÉDILE, 2001, p. 65).

Este regime de monocultura da cana de açúcar se tornara um grande entrave à produção da agricultura de subsistência. Tanto é que o governo português promulgou leis obrigando os lavradores dos recôncavos a plantarem 500 covas de mandioca por cada escravo de serviço que empregassem; porém, a ganância era maior, pois objetivavam apenas a produção de açúcar e isso fazia com que muita penúria existisse.

Aos poucos as culturas do algodão e do tabaco eram introduzidas, porém nenhuma dessas atividades referia-se a produção de alimentos, continuando a produção apenas para o mercado externo.

1.3. MUDANÇAS NO CONTEXTO:

O contexto internacional, no final do século XVIII e XIX, acenava para uma grande mudança. A Revolução Industrial inglesa, dava início a uma nova fase na economia mundial. Onde as produções artesanais eram substituídas pela produção industrial. Nesta nova fase, não mais fazia sentido ter trabalhadores escravos, afinal de contas um escravo não consome nada. Teve uma grande campanha externa, principalmente da Inglaterra, para a libertação dos escravos em todos os países. Foram criadas leis muito severas para quem continuasse praticando o comércio de escravos. As forças de mercado, já capitalista, especialmente da Inglaterra, é que mais pressionaram pela adoção de um novo modelo de desenvolvimento no Brasil.

O argumento do trabalho livre realmente foi em função de buscar consumidores. Em momento algum se percebe a preocupação com os seres humanos que os escravos eram, a preocupação era de que simplesmente escrava a/o nada podia comprar, desta forma ele precisava ser livre, para trabalhar e consumir as mercadorias que as indústrias produziam.

O Brasil Colônia, foi um dos últimos países a conceder a liberdade para os escravos, concessão esta que só fora conseguida mediante muita pressão. Pressão principalmente, dos países que iniciavam uma nova fase de desenvolvimento, saindo da base agrícola, ingressando no setor industrial.

No entanto, essa pressão se caracteriza como um processo de construção do mercado para os países imperialistas, no caso a Inglaterra, que viam na escravidão uma restrição à formação de consumidores para as suas mercadorias.

A Inglaterra, que já vivia um avançado processo de industrialização em função de ter sido o berço da Revolução Industrial, muda completamente a forma de exercer o domínio sobre os povos, tornando o mercantilismo ultrapassado. A forma de sua dominação passa a criar as raízes do imperialismo, em que a dominação deixa de ter a presença militar como predominante e sim a força do mercado como fundamento.

Na medida em que o Brasil mantém sua economia agro-exportadora fundada na mão-de-obra escrava não tinha condições de formar mercado interno e, portanto, uma grande faixa de sua população não tinha condições sociais e econômicas para consumir os produtos industrializados fornecidos pelas potências industriais.

A pressão internacional para a abolição da escravatura passa a ser cada vez mais forte, obrigando o estado brasileiro a proibir o tráfico de negros, a libertar os sexagenários e, finalmente, decretar o fim da escravidão. Ao mesmo tempo em que avança para a abolição da escravidão, o Brasil caminha para um processo de atração de imigrantes europeus para substituição dos escravos nos postos de trabalho.

O processo de substituição da mão-de-obra escrava pela livre não se dá pela transformação do escravo em trabalhador livre, mas sua substituição por imigrantes europeus mais acostumados ao trabalho assalariado. Os escravos seriam libertados sem nenhum plano para sua absorção na nova forma de relação de trabalho, ou seja tiraram do negro a única coisa que ele sabia fazer, trabalhar na terra.

O comportamento do estado brasileiro foi balizado especialmente pela pressão internacional, em função da sua necessidade de inserção no mercado. No entanto, desenvolveu-se internamente um processo de combate ao escravismo, muito vinculado às propostas republicanas.

Antes de libertar os escravos, a burguesia agrária brasileira, com apoio do governo, tratou de criar leis que legitimassem o latifúndio e excluíssem totalmente os negros e pobres da posse das terras. Desta forma, após a proclamação da libertação dos escravos em 1888, estes ficaram sem rumo, muitos vagavam pelo mundo, outros aceitaram continuar com os senhores da burguesia agrária, porém agora num regime muito próximo da servidão.

A Lei de Terras estabeleceu um ponto inicial para a transformação das terras em propriedade privada. Por essa razão, estavam proibidas todos os tipos de concessões e o único caminho para o acesso à terra seria através da compra. Cabe aqui uma pergunta: qual o escravo que poderia comprar terra? Ouve preocupação com os negros agora libertos?

Havia uma exigência de tornar essas terras produtivas sem, no entanto, estabelecer mecanismos de verificação. Sua ambiguidade conseguiu garantir a continuidade do processo de estruturação de um sistema agrário fundamentado na grande propriedade. A lei consolidou, também, o poder econômico, social e político da oligarquia agrária.

Os saquaremas, empenhados em manter o maior tempo possível a estrutura social, política e econômica da qual se beneficiavam, poucos dias após a interrupção do tráfico promulgaram uma outra lei: a Lei de Terras.

Tantas leis não foram promulgadas no mesmo ano por acaso. São medidas vinculadas. Assim, por meio da Lei de Terras de 1850, apresentada inicialmente em 1843, os saquaremas pretendiam encerrar as lutas pela terra - "germe fecundíssimo de desordens e de crimes" -, no momento em que os fazendeiros de café consolidavam seus domínios territoriais. A partir daí, a terra se transformaria em propriedade imobiliária, ou seja, poderia ser comprada e vendida. (MULTIRIO@RIO.RJ.GOV.BR, 2007)

A elite brasileira, durante 7 anos, pensou estratégias e formas para legitimar o ilegítimo, ou seja a exclusão dos negros da posse das terras, sem em momento nenhum planejar o que seria dessa massa humana livre, mas sobrando. Encerrar de vez as lutas pela terra, consolidando os domínio das grandes propriedades,

transformando a terra em mercadoria, passível de ser comprada e vendida. Esta pode ser considerada uma das inúmeras formas que o capitalismo encontrou para através da lei, legitimar suas tantas atrocidades. São capazes de utilizar discursos bonitos, dizendo que todos têm direito, todos são iguais perante a lei, porém esquece-se do principal que, nem todos possuíam dinheiro para adquirir terras, assim como hoje 5 milhões de famílias são sem terra. Quem é o culpado? Para a lei, criação burguesa capitalista as pessoas, são forçadas a assumirem um sentimento de culpa como se elas não tivessem a terra por que não trabalharam, ou ainda quem tem terra é por que trabalhou.

A questão seria a seguinte então: haveria a Manasa, por exemplo, trabalhado para adquirir mais de 6 milhões de hectares de terra? Por quantos milênios? Compreender o processo histórico que levou milhões de camponeses a serem expulsos do campo, é um primeiro passo para se contrapor ao projeto capitalista, neoliberal, concentrador e excludente.

A escola que assume uma postura contra hegemônica a este sistema capitalista excludente escravizador precisa aprender a questionar até mesmo as leis, pois eles estão a serviço do capital. Na lógica capitalista, não existe preocupação com os milhões de pessoas que morreram e continuam morrendo de fome e miséria que este sistema concentrador gera. É este o modelo de produção que queremos?

De outra parte, ao estabelecerem que, a partir da lei, somente através da compra alguém poderia tornar-se proprietário de terras, dificultavam o acesso à propriedade dos imigrantes europeus que estavam chegando ao Brasil. Desta maneira, sem horizontes de se transformar em proprietário rural, o imigrante via-se forçado a vender sua força de trabalho. Assim, de um lado mantinha-se a hierarquia social e, do outro, abriam-se possibilidades de organizar o país para o fim eventual da escravidão. (MULTIRIO@RIO.RJ.GOV.BR, 2007)

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, fora categoricamente projetada para excluir os despossuídos economicamente de terem acesso a terra, haja visto que o único meio de consegui-la teria que ser através da compra. Até mesmo o imigrantes que eram atraídos para o Brasil agora Republicano, entravam nos mesmos critérios. Quer terra? Compre!

Todos estes fatos, ajudam a esclarecer o porquê de um país com todas as condições para se desenvolver, sempre ficou a mercê nas mãos de uma elite que

sempre fez uso das leis e das instituições, para explorarem os povos e viverem muito bem, sem em momento algum se preocuparem com o restante da população.

Art. 1. Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2. Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem matos, ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitoras, e demais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$000, além da satisfação do dano causado. Esta pena, porém, não terá lugar nos atos possessórios entre heréus confinantes. (LEI N.º 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850)

Repetimos: leis sendo criação burguesa servem para defender as propriedades privadas capitalista das ações dos despossuídos. Leis estas prevêm penas rigorosíssimas para quem ousasse descumpri-las, conforme pode ser verificada na citação anterior.

A Lei denominada Lei de Terras, não foi feita ao acaso, ela tinha uma intencionalidade, conforme aponta, José Murilo de Carvalho.

Lei de Terras, concluiu que o interesse dos grandes produtores da região Sudeste do Brasil (diga-se Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) formaram a base de sustentação do projeto final da Lei de Terras. Este fato não é ocasional. A região Sudeste se entevia, neste período, como o grande pólo econômico do país devido a produção do café, bem vista e aceita no mercado mundial. Os cafeicultores tinham apoio de setores internos e externos, e o grupo conservador. (KLEPSIDRA-REVISTA VIRTUAL DE HISTÓRIA, 2005)

O Estado, as leis criadas pelos homens, e todo aparato a mais executado, sempre defendeu e continua a defender o capital. Em momento algum se percebe a preocupação com os seres humanos. O desenvolvimento sempre foi pensado apenas na esfera econômica e com mecanismos de exclusão. Excluiu a massa escrava, sempre teve como enfoque a economia agro-exportadora e fundamentada na monocultura de grande extensão. A lei nº 601 elaborou medidas que permitiam punir quem não se adequasse às normas, pois sabiam que essa grande massa sobrando, 'liberta' teria que ocupar algum espaço e que não poderia ser a terra

que por mais de 300 anos cultivaram. Alberto Passos Guimarães destaca que:

'... Foi assinalado já aqui que a massa escrava evoluiu muito mais para a servidão do que para o trabalho livre. O fato de ter vigorado no Brasil por mais de 3 séculos o regime de trabalho escravo vincou tão profundamente o quadro que sua transformação, não se poderia operar com facilidade e muito menos em curto prazo...' (Guimarães in Stedile, 2001 p. 119)

O negro, tendo vivido submisso aos senhores, ficou sem saber o que fazer com a liberdade, já que lhe tiraram a possibilidade de ter um pedaço de terra onde pudesse viver. Na sociedade livre o negro liberto foi muito discriminado. Muitos mitos também foram criados para explicar a exclusão; '*... a consciência de nosso povo é alimentada por abstrações: a preguiça brasileira, a luxúria brasileira, o gosto do ócio e não do negócio, a influencia climática anestésiante, a abundancia de recursos naturais tornando desnecessário o esforço de trabalho...*' (Guimarães in Stedile, p. 119). Estas formas criadas para justificar a não inclusão dos negros na sociedade se baseava em preconceitos; aliás, preconceito é um fardo que os negros tem arcado até os tempos atuais, século XXI. Ainda existem muitos preconceitos com relação aos negros e muitos são os ditados racistas que se ouve no dia-a-dia. '...só podia ser coisa de preto'. Quando um serviço é mal feito independente de quem o tenha feito. Ou olha só para a cor.

O escravo africano é marcado pela cor, este é um rótulo;
 O escravo africano avilta sua presença ou pela precedência, o nível de remuneração do trabalho livre;
 O escravo africano não está preparado para o trabalho livre;
 O escravo africano torna aviltante o trabalho em si;
 O escravo africano não é um consumidor.(Guimarães In Stedile, 2001, p. 119)

Todos essas marcas pejorativas que a sociedade impunha aos negros continuaram fortes e vigentes mesmo após a abolição da escravatura. Se é que assim podemos chamar.

Em condições normais, a transformação do trabalho escravo em trabalho livre resultaria no aproveitamento dos escravos, que seriam trabalhadores assalariados. Ora isso não aconteceu. Nas condições brasileiras do tempo, não poderia ocorrer. A estrutura econômica estava ainda tão profundamente onerada pela herança colonial que se apresentava imperada para o estabelecimento do trabalho assalariado. Enquanto o problema fundamental, que era o da terra, permanece intocado, o do trabalho sofreria um inevitável retardo. A massa escrava disponível em 1888, tende a dois destinos, de vez que a propriedade territorial permanece nas mesmas condições:
 -A área de servidão ou semi-servidão que pode ser a mesma em que vigorava

até então, o regime escravo.

-A área urbana, onde vai constituir uma sobra humana marginalizada pelas condições sociais.

Há, assim uma frustração no sentido em que foi encaminhado o problema. A abolição não era uma solução econômica, desde que não havia condições para que o mercado de trabalho absorvesse a massa antes escravizada. Era uma solução política que correspondia a liquidar um instituto anacrônico, sem prejuízo para a classe proprietária, tomada em conjunto... O fardo da escravidão foi largado na estrada pela classe dominante. Tornara-se demasiado oneroso para que ela carregasse. (Guimarães, 1981, p. 125)

Tendo em nosso território uma sociedade altamente racista, que impunha obstáculos e resistência para a transformação do trabalho escravo em trabalho livre, fazia com que se apelasse aos mais diferentes países em busca de trabalhadores, de preferência não africanos. Desta forma substituíram os negros pelos brancos ou amarelos, bem como a escravidão pelo trabalho livre. No entanto, ocorre aqui um processo diferente do que nos países mais desenvolvidos.

No Brasil especificamente, no século XIX, o café substituiu o açúcar como motor da economia agrária, e os grandes barões cafeeiros precisavam solucionar dois grandes problemas: o da legalização da (rentável) propriedade e a obtenção de mão-de-obra. A proibição do tráfico de escravos era uma realidade (1830), e os proprietários temiam que em muito pouco tempo houvesse escassez de mão-de-obra. Diante desse quadro, a Lei de terras não surge unicamente para solucionar esse problema, mas é inegável que ganha força nos debates sobre o fim do tráfico. (KLEPSIDRA-REVISTA VIRTUAL DE HISTÓRIA, 2005).

A política de incentivo à imigração europeia surgia como um horizonte neste processo de substituição de trabalhadores escravos por homens livres. Uma das principais formas de impulsionar a vinda dos imigrantes foi fazer uma grande propaganda do Brasil, o que chamou principalmente as populações mais empobrecidas do velho continente.

No entanto, além da lei de terras, foi implantado um mercado de terras, que aumentou o preço das terras para dificultar o acesso dos imigrantes à propriedade.

1.4. O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL ATÉ O ANO DE 1970.

O modelo de desenvolvimento implantado no Brasil passa por uma primeira grande fase que pode ser, a grosso modo, localizada a partir de 1500, ano da chegada dos portugueses, até 1930, quando toma posse o governo de Getúlio Vargas.

Durante todo esse período o modelo de desenvolvimento foi o agro-exportador, que adotou algumas características fundamentais:

- Produção para o mercado externo. Numa primeira fase, até a independência, a produção foi em função e para a metrópole portuguesa. Numa segunda fase, após a independência, a produção para o mercado externo, comandado pela Inglaterra e pelos Estados Unidos.
- Produção de monoculturas, em grandes extensões de terras. A estrutura agrária implantada foi adequada à esse modelo de produção, com prioridade à formação de latifúndios e grandes explorações.

Numa primeira fase esse empreendimento agropecuário se utilizou de mão-de-obra escrava, permitindo altas taxas de acumulação. Após a abolição da escravatura, os negros escravos foram substituídos por trabalhadores brancos, livres e já acostumados ao trabalho assalariado.

Esse modelo de desenvolvimento não conseguiu formar mercado interno. Durante o período escravagista só haviam duas classes fundamentais, os nobres e os escravos, (nobres, que adquiriam seus produtos na Europa, e escravos, que não consumiam nada, a não ser as roupas e alimentos fornecidos pelos seus donos) e uma pequena classe de trabalhadores livres formada por pequenos comerciantes e funcionários públicos. Existiam, também, camponeses livres que viviam nas bordas das grandes fazendas onde produziam alimentos para sua sobrevivência e alguma sobra que era vendida para os donos de engenhos. Após a abolição da escravatura e a vinda dos imigrantes o mercado interno praticamente não se desenvolveu em função do baixo poder de compra dos trabalhadores livres.

Somente quando do início do processo de imigração é que começou uma grande diversificação na agricultura, haja visto que os imigrantes traziam consigo de seus países de origem muitas espécies diferentes de produtos que foram introduzidos neste território e tiveram boa produção.

O processo de trabalho desenvolvido na agricultura era todo braçal, tendo apenas como apoio o uso de animais, principalmente bois, cavalos e muares. Arelado ao processo de imigração começam a se desenvolver vilarejos, ou colônias de imigrantes. Estes vilarejos ou colônias serviam até mesmo como um mecanismo de defesa, haja visto que eles eram colocados muitas vezes em locais isolados de difícil acesso, onde estavam sujeitos ao confronto com os indígenas e até mesmo aos perigos de animais selvagens.

Após a grande derrocada da economia agro-exportadora, ocorrida no final da década de 1920 e início da década de 1930 provocou algumas mudanças de orientação no modelo de desenvolvimento do Brasil. A burguesia comercial e industrial que passara a ter bastante influência política e econômica se alia a Getúlio Vargas e consegue assumir o governo.

Este, na medida em que assume o governo, passa a elaborar um novo modelo de desenvolvimento fundamentado no processo de industrialização, tendo adotado o modelo de substituição de importações.

O processo de industrialização brasileiro se fundamentou nos investimentos estatais e na busca de capitais externos, tendo em conta a inexistência de capital nacional capaz de gerar industrialização a partir de si próprio.

O novo modelo de desenvolvimento não rompeu com a oligarquia agrária, mas aliou-se a ela na construção das possibilidades de superação da crise.

O governo brasileiro, ao mesmo tempo em que cria incentivos para o capital oriundo do café fosse aplicado na industrialização, mantém os preços dos produtos para poder manter suas contas externas equilibradas e garantir minimamente sua capacidade de importação.⁴

O modelo de substituição de importações foi mantido no Brasil até os finais da década de 1970, quando a crise internacional faz o Brasil mergulhar numa

⁴ FURTADO, Celso, Formação Econômica do Brasil, São Paulo: Editora Nacional, 1989, 23 ed.

grande indefinição em seu modelo de desenvolvimento.

A crise da Dívida Externa determinou o fim desse modelo que, durante a década de 1970, promoveu o “milagre brasileiro” sustentado nos investimentos estatais e no capital externo em forma de dívidas. Esse modelo passou pela fase da atração de empresas transnacionais e de empréstimos dos bancos internacionais através das agências multilaterais, como o FMI – Fundo Monetário Internacional e pela fase da dívida externa, isto é, pela busca de empréstimos internacionais para financiamento do modelo de desenvolvimento.

A fase mais recente do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil pode ser caracterizado como neoliberalismo, em que todo o processo se dá pela liberalização dos mercados, abertura das fronteiras para os produtos estrangeiros e abertura para a entrada de capital externo. Essa capital não vem com objetivo de investimento produtivos. Seu principal objetivo é a aquisição de empresas já constituídas ou empresas estatais privatizadas para poder realizar lucros de forma mais rápida.

Da mesma forma como nos modelos anteriores, a agricultura familiar e camponesa permanece à margem do processo. O agronegócio, nova face da dominação da oligarquia agrária, é o setor que mais se desenvolve no Brasil.

1.5 RESQUÍCIOS DA EDUCAÇÃO ENQUANTO CULTIVADORA DOS SABERES DO POVO NO PERÍODO QUE COMPREENDE ENTRE 1500 A 1930.

Não concebemos educação, meramente formal, realizada em espaços destinados especificamente para transmissão e assimilação de conhecimento, por quem sabe para quem não sabe. Concebemos educação como troca de saberes entre os povos, passados de geração para geração, que tem como objetivo maior ajudar a libertar o povo e não domesticá-lo. Neste sentido percebemos que a educação informal sempre esteve presente, ajudando o povo a se organizar e lutar contra os invasores. Os quilombos, neste contexto, podem ser considerados um exemplo de camponeses organizados que conseguem vencer inimigos bem mais fortes. A dança capoeira

também é educação, por que educação não se separa da cultura, quando olhava do ponto de vista da emancipação e da libertação.

Esta educação que acontecia na informalidade, ou até mesmo às escondidas, trazia uma carga grande de ideologia e intencionalidade, lembramos de Freire, que para o qual não existe neutralidade. Os negros cultivavam seus costumes e abriam horizontes para sonhar com a liberdade. Se fizéssemos uma analogia com a escola do século XXI, veríamos que hoje não conseguimos isso, trabalhamos com uma educação massificadora e homogeneizadora, que não respeita a individualidade, apesar do discurso ser diferente, visa meramente a preparação de mão de obra para ser colocada no mercado de trabalho.

O cultivo dos cultos dos negros, a macumba, o candomblé, tudo isso é parte da cultura afro, e por conseqüência faz parte da educação deste povo, que fazia destes instrumentos para resistir ao trabalho árduo e penoso ao qual eram expostos.

Desconsideraremos a experiência educacional realizada pelos padres Jesuítas por entender que trabalhamos com a temática da educação no processo contra-hegemônico ao projeto de desenvolvimento e entendemos que os jesuítas realizavam em suas missões era um processo de domesticação dos povos indígenas e não um processo de educação.

Vale a pena também destacar a cultura indígena, que pela forma de viver em perfeita harmonia com a natureza, também se contrapôs ao projeto de desenvolvimento que Portugal desenvolvera no território brasileiro. Para os índios respeitar a natureza é uma forma de garantir que as futuras gerações tenham como viver bem. Assim sendo, os conhecimentos não eram sistematizados, escritos; eram simplesmente passados de geração para geração, onde os mais novos aprendiam com os mais velhos. Por viver em contato com a natureza estes povos tinham seus deuses relacionados com o meio em que viviam. Desta forma cultivam o Deus Sol, Deus Lua, Deus das Águas, entre outros. Todas as explicações estão na própria natureza, origem de muitas lendas. Entre as lendas destacamos: Lenda da mandioca, do Guaraná, do milho, do boto. Todos estes aspectos também fazem parte do imaginário popular dos povos indígenas são resquícios da educação dos povos que se valiam destes mitos para encontrar sentido em viver.

A educação se resumia a algumas iniciativas particulares e quem tinha condições de estudar precisava ir para a Europa estudar. Desta forma apenas os filhos da elite tinham acesso aos estudos. Stédile afirma que:

... tivemos o início dos princípios republicanos no Brasil, a Ampliação de direitos universais, com a chamada revolução burguesa de 1930, que mudou o modelo econômico e passou a industrializar o país. “Por essa razão, as primeiras escolas públicas, dos níveis primário e secundário, datam do final do século 19 e as primeiras universidades públicas surgiram na década de 1930.
(STÉDILE, 2005, p. 13).

1.6- O PROCESSO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA, DESDE A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO ATÉ O SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

A resistência possivelmente tenha iniciado a partir da ocupação do território pelos portugueses. O choque cultural e a necessidade dos portugueses acumularem riquezas devem ter sido fomentador de inúmeros conflitos, onde geralmente as maiores vítimas foram os povos indígenas, que possuíam armas rudimentares enquanto os brancos estavam municiados com armas de fogo. A própria igreja autorizava que não havia menor problema em matar índios, que não possuíam alma, a menos que fossem catequizados. Em alguns casos a resistência era de simplesmente aceitar a morte.

A cultura indígena de trabalho é totalmente oposta a cultura de trabalho do colonizador. O índio culturalmente não tem a preocupação em acumular, ele se preocupa apenas em garantir suas necessidades, enquanto o colonizador precisa desesperadamente acumular riquezas. Neste desencontro cultural o índio resiste bravamente e não aceita se submeter ao trabalho escravo, tanto é que os portugueses desistem de tentar escravizá-los, buscando como solução a importação de negros africanos para desempenhar tal função.

Os grupos de resistência ao longo de todo o processo de colonização sempre foram massacrados. Essas pessoas que assumiram essas formas de

resistência podem ser considerados os precursores dos movimentos modernos de resistência e luta pela terra e por direitos. Guimarães, afirma que:

Foram precisos três séculos de ásperas e contínuas lutas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os todopoderosos senhores da terra, para que, por fim, a despeito de tantos insucessos, despontassem na vida brasileira os embriões da classe camponesa. Só no limiar do século XIX e, portanto, há pouco mais de cem anos, começaram a surgir os frutos dessa irreduzível e prolongada batalha, abrindo-se as primeiras brechas nos flancos mais vulneráveis do opressivo sistema latifundiário, com a implantação, principalmente ao Sul do território nacional, e em bases estáveis, de outros tipos menos agigantados e mais modestos de propriedade agrária. (GUIMARÃES, 1981, p. 105).

A resistência tem sido marca registrada de camponeses, que, por não aceitarem a submissão imposta por donatários, latifundiários, coronéis e tantos outros exploradores, lutavam principalmente por liberdade e sua terra tão sonhada.

Do ponto de vista dos camponeses, a história do Brasil mostra que suas insubmissões, resistências e lutas, sintetizadas no movimento social camponês, são marcadas por duas questões principais: o acesso à terra e às dimensões ligadas ao trabalho na terra, conforme o segmento envolvido (posseiros, foreiros, sem terra...) que confere identidade aos trabalhadores de onde se organizam em lutas como Movimento dos Posseiros, Luta dos Foreiros, Movimento dos Sem-Terra entre outros. Tais "lutas" são por um lado abafadas pelo Estado a quem, por seu caráter burocrático/estamental, não interessam mudanças relacionadas à posse e uso da terra, por outro, são constantemente revitalizadas e renascem mesmo pela vanguarda de dirigentes e líderes que se vinculam à ideais revolucionários fortalecidos por outras lutas históricas, que guiam as propostas de transformação. (MARINI, 2000; MARTINS, 1990, MEDEIROS, 1989).

Modelo agrário e de desenvolvimento é construído historicamente, seguindo uma lógica; a lógica mercadológica, onde o enfoque sempre esteve e continua voltado para o mercado (externo), assim sendo o que se produz é na sua grande maioria mercadoria. Não detectamos em momento algum, preocupação do modelo de desenvolvimento implementado no Brasil, com as pessoas, ou com o desenvolvimento humano, o enfoque sempre fora dado ao desenvolvimento econômico. Neste sentido o ser humano passa a ser refém do capital. Capital que cada vez mais tem se concentrado nas mãos de poucos, excluindo milhões e milhões de pessoas no mundo inteiro, gerando desta forma muita miséria.

A educação historicamente tem se mantido distante de processos de transformação social e legitimou o sistema agrário existente, que tem gerado tantas desigualdades sociais. A educação tem cumprido um papel de defender o capital financeiro, preparando mão de obra.

Acreditamos em outro papel que a educação deve cumprir, ajudando os seres humanos, a se libertarem das amarras do poder, tornando-as críticas e com consciência políticas, aptas a agirem na transformação social. O papel da educação neste contexto é preparar pessoas para perceberem que somente mudando o sistema econômico e agrário brasileiro, poderíamos superar a lógica de exclusão. Neste sentido a educação tem um papel político e não meramente social. Para isso faz-se necessário superar a idéia de educação enquanto forma de ascensão social, construindo assim uma a visão de educação humanizadora, libertadora, onde as pessoas se constituam enquanto sujeitos, com autonomia e capacidade de leitura crítica da realidade, para coletivamente gerar a transformação social. Esta seria a tão almejada educação contra hegemônica ao projeto de desenvolvimento capitalista. Esta educação com enfoque no desenvolvimento humano tem como preocupação a vida e as condições da continuidade desta, como ressalta Einstein: ... é essencial que se estruture uma nova maneira de pensar, se a humanidade deseja sobreviver e marchar para planos mais elevados...(WWW.PENSADOR.INFO/AUTORALBERT_EINSTEI-2007). Esta essencialidade que Einstein ressalta passa também pela educação, pela escola e pela opção que esta precisa fazer, ou seja ter a capacidade de assumir uma perspectiva contra hegemônica ao modelo de desenvolvimento que tem base na mercadoria e não no ser humano.

No capítulo II, vamos procurar compreender melhor a agricultura, o processo de modernização da mesma e os problemas que este criou para as pessoas camponesas.

2.PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O ÊXODO RURAL.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA, SOBRE AS FAMÍLIAS E COMUNIDADES;

Em que sentido a modernização da agricultura tem atingido, direta e indiretamente, vida familiar e comunitária, o número de famílias que atualmente vivem nas comunidades, o lazer nas comunidades rurais, os meios de transporte utilizados no campo, as formas de produzir em diferentes contextos da agricultura, os produtos produzidos na agricultura e o seu destino, origem das sementes, adubos, agrotóxicos, máquinas e equipamentos, endividamento dos agricultores e o conseqüente abandono do campo; a produção ou não para o auto-consumo, a adoção das monoculturas, monetarização da produção e da alimentação, descolamento da produção do consumo local e regional, produção para exportação. Estas são algumas questões, que buscaremos responder no decorrer do segundo capítulo.

Para que possamos melhor compreender o processo de modernização da agricultura, faremos um breve apanhado histórico da gênese da agricultura, buscando compreender o processo. Assim sendo trabalharemos tendo como parâmetro as seguintes questões, procurando fazer um paralelo com o momento presente.

Como surgiu a agricultura? E em que contexto? Qual era a função da agricultura? Como eram desenvolvidos os trabalhos na agricultura? Qual era a função das mulheres? Como ocorria o processo de seleção das sementes? O que mudou na agricultura? O que estamos produzindo? Para que estamos produzindo? Qual é função da agricultura moderna? Qual é a tendência da produção de sementes? Qual é o nível de autonomia que os agricultores têm? Qual é preocupação com as questões ambientais?

2.2 A GÊNESE DA AGRICULTURA. E A EXPLORAÇÃO DOS MEGAS LATIFÚNDIOS. QUANTO DESCOMPASSO.

A descoberta da agricultura nos remete aos povos nômades, que viviam em perfeita harmonia com a natureza, extraindo dela o necessário para sobrevivência. Viviam basicamente da caça, da pesca e da coleta de vegetais. Ou seja, eram extrativistas. Tudo o que precisavam para viver encontravam na natureza. Desta forma as frutas, raízes, sementes, folhas, pesca e caça, formavam a base do cardápio destes povos. Estes povos nativos migravam sempre que percebiam que havia pouca caça, ou pesca e que suas condições de vida piorassem. Também função do homem, neste período prover a carne para servir de alimentação.

Com o passar dos tempos, as mulheres perceberam que as sementes coletadas diretamente da natureza, ao caírem próximo as suas casas, nasciam e produziam melhor que as nativas. A partir disso, estes povos perceberam que poderiam produzir alimentos, em abundância. Para tanto iniciaram um processo de derrubada e queima das matas, o que os índios chamam de, para posteriormente, plantar as sementes escolhidas conforme o tamanho das espigas. Uma das primeiras espécies cultivadas foi o milho, alimento muito importante para a base de sustentação destes povos primitivos.

As lavouras, que tinham como objetivo único, de produzir alimentos, eram realizadas de forma manual e coletiva, onde os instrumentos de plantio, reduziam-se a um pedaço de madeira apontado e um bocó com as sementes. Desta forma, com uma mão abria a cova com a madeira e com a outra mão a jogava semente na cova, cobrindo-a com os pés. Após alguns anos usando a mesma área, deixava-a descansar para que ela se refizesse.

Juntamente com a descoberta da agricultura, houve o processo de domesticação dos animais, também descoberto pelas mulheres, que percebiam que muitos animais se aproximavam de suas casas para comerem os restos de comida.

O trabalho na agricultura era árduo, se considerado aos padrões de modernidade, utilizado na agricultura no pós Revolução Verde. Com o passar dos tempos os homens inventaram instrumentos para facilitar seu trabalho. Desta forma

animais foram domesticados e passaram a ajudar nos trabalhos da agricultura; arados, carroças e outros instrumentos começaram a fazer parte do dia-a-dia do agricultor; porém, a agricultura continuava com a função de produzir alimentos. As famílias retiravam basicamente sua subsistência da terra. Estes agricultores, que poderíamos chamá-los de legítimos camponeses com identidade e domínio das técnicas e tecnologias. As propriedades eram bem diversificadas, ou seja, trabalhavam com a policultura, produzindo feijão, milho, arroz, trigo, melado, suínos, galinhas e outros pequenos animais, vacas para produção de leite e derivados, além uma grande quantidade de espécies frutíferas e hortaliças.

Outra prática muito comum, que estes camponeses tinham era com relação à troca de sementes. Cada vez que uma pessoa ia visitar a outra, sempre aproveitavam para trocar alguma coisa, ou simplesmente ganhar algumas variedades que não possuía em sua propriedade. Muitos dos trabalhos eram realizados em “puxirões”⁵, que animavam a vida no campo. O processo de seleção de sementes era sempre feito na hora da colheita, onde eram escolhidas as plantas mais bonitas. Havia muita troca de sementes e os conhecimentos e técnicas eram passados de pais para filhos. Não havia tanta ganância como temos hoje em dia. Fragmentos de uma poesia utilizada pelo MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) ilustra bem esta situação;

Você se lembra daquele tempo?

Tempo em que para plantar, se usava da nossa própria semente?

Não precisava adubo, porque a terra era boa e o vovô havia ensinado ao meu pai que se plantava um tempo e depois deixava a terra descansar.

Na colheita anterior, já tínhamos escolhido as melhores plantas, ainda na lavoura, para colher em separado e guardar as sementes para este plantio. Após alguns anos de utilização da mesma semente, meu pai trocava com amigos de outras comunidades, para não deixar refinar. Isto ele também havia aprendido com o vovô.

Naquele tempo, se produzia de tudo: arroz, feijão, milho, trigo, galinha, porco, vaca de leite, hortaliças, frutos. A despensa sempre tinha as tuias cheias de farinha do moinho colonial, o varal cheio de lingüiça, as latas cheias de banha e de carne de lata, a prateleira com queijo já duro de tão velho. Não se usava herbicidas, pois as famílias eram numerosas e limpavam suas lavouras através dos mutirões. O Mutirão era uma junção de gente da vizinhança que vinha trabalhar em comum. Neste dia, se matava um capado gordo, fazia comida em panelão para dar conta de toda a turma e geralmente, terminava com um baile.

⁵ Palavra que pode ser considerada sinônimo de mutirão, e que se caracteriza por processos coletivos de trabalhos realizados pelos agricultores, especialmente os de origem cabocla.

O povo trabalhava muito, mas se divertia, vivia em comunidade, se alimentava de comida saudável, produzida na sua própria terra. Como eram felizes as famílias camponesas!...(VALTER ISRAEL DA SILVA⁶, COORDENADOR NACIONAL DO MPA, 2006)

A poesia de Silva ilustra bem o processo agrícola camponês, onde a agricultura cumpria sua função original; de produzir alimentos, vida e união. É uma proposta diferente do modelo de agricultura baseado nos princípios do agronegócio, que prega a competitividade e a exclusão, em que a terra é transformada em mercadoria, concentrada nas mãos de poucas pessoas. Em muitos casos, como tendência percebida no agronegócio, a terra deixa de pertencer às pessoas, passando para a posse das empresas. Um exemplo claro que temos neste início do século XXI, que aqui queremos destacar, é com relação a Aracruz Celulose ou a Fundação Bradesco, que tem “adquirido”, ou grilado, milhões de hectares de terras agricultáveis, desenvolvendo nestes megas latifúndios o plantio de árvores exóticas, principalmente pinus e eucalipto, com o único objetivo; de obter lucros. Estas empresas não têm a menor preocupação com o meio ambiente, ou com a produção de alimentos e com as questões sociais, visam simplesmente os seus interesses, financeiro especulativo.

Estas plantas exóticas, além de não produzirem desenvolvimento para os seres humanos, têm como agravante o alto consumo de água que cada planta precisa para crescer rapidamente. Pesquisadores afirmam que uma só planta de eucalipto adulto, precisa de cerca de 40 litros de água por dia, para alcançar o crescimento rápido. Num contexto em que uma das maiores riquezas que uns pais poderá ter, são os reservatórios de água doce potável, temos receio que, dentro em breve, muitos milhões de pessoas morram de fome e de sede, para que pinus e eucaliptos possam crescer. Não é esse o desenvolvimento que queremos. Queremos um desenvolvimento onde os seres humanos estejam presentes, vivendo com vida de qualidade e para isso precisamos de um novo projeto que inclua e não exclua. Um projeto onde todos realmente tenham direitos iguais, e que ninguém fique escravo do poder econômico.

Outro problema que evidenciamos nesta questão é que estas terras estão parando nas mãos de empresas multinacionais. Empresas estas, que usam os países subdesenvolvidos para explorarem ao máximo as riquezas, sem ter a menor

⁶ Valter Israel da Silva, é Coordenador Nacional do MPA (Movimento do Pequenos Agricultores).

preocupação com a vida de tantos milhões de pessoas, seres humanos que imploram pela oportunidade de poder viver.

A educação implantada no Brasil, sendo criação burguesa, teve historicamente o objetivo de legitimar estas desigualdades, fazendo com que as pessoas assumam um sentimento de culpa por estarem, em tal situação e não questionem a estrutura social e as injustiças que a concentração do capital nas mãos de poucas pessoas ou empresas, traz.

A educação precisa assumir uma postura mais firme de tentar abrir a visão das pessoas para que sejam capazes de enxergar e compreender que o que acontece não é por acaso, que tudo é intencional e que este modelo de educação, de agricultura e de sociedade não serve para a maioria da população. Serve somente para uma elite sem escrúpulo, que não pensa em momento algum nos seres humanos e menos ainda nas gerações que ainda não nasceram. Neste ritmo poucos terão oportunidade de nascer, pois o homem está levando a destruição do próprio homem. A natureza tem alertado sobre isso: efeito estufa, “el niño”, “la niña”, furacões, tsunamis e tantas outras catástrofes que estão afetando o mundo inteiro, cidades estão sumindo do mapa. E nós, enquanto educadores, o que estamos fazendo?

O bom e velho Marx afirmava que o trabalho fez com que o homem evoluísse da condição de macaco, pois tinha necessidade de inventar formas para sobreviver. E neste exercício de invenções, acabou desenvolvendo a inteligência. O homem evoluiu tanto, que hoje, praticamente não mais precisa trabalhar, pois os instrumentos que ele criou, fazem o trabalho por muita gente. Este é o processo de modernização pelo qual a agricultura tem passado, que tem sido causador de grande êxodo rural e concentração fundiária.

Até o início do século XIX, as formas de se trabalhar com a agricultura pouco tinham evoluído, se compararmos com a evolução que ocorreu durante menos de 100 anos. Muitas invenções, ainda que rudimentares, já ajudavam nos trabalhos com a agricultura. Desta forma a enxada, a matraca, a trilhadeira, a foice, o arado de boi e a carroça, eram instrumentos que faziam parte do dia a dia do processo de produção no campo. Porém, com a modernização da agricultura, estes instrumentos, antes muito utilizados, foram deixados de lado e substituídos pelas máquinas que

facilitam o trabalho.

A capacidade de transformação do ser humano fez com que surgisse uma nova forma de conceber a agricultura surgindo, assim, um processo denominado de Revolução Verde.

2.3. A REVOLUÇÃO VERDE E SUAS CONSEQÜÊNCIAS PARA O CAMPO. A MODERNIZAÇÃO DOLOROSA DO CAMPO BRASILEIRO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO PORTO BARREIRO E A FAZENDA MANASA.

O século XX, foi um século em que aconteceram muitas guerras, principalmente a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais, onde os homens, utilizando de sua inteligência, inventaram máquinas e instrumentos para matar outros seres humanos e destruir tudo. Com o fim das guerras, estas invenções pensadas e projetadas para matar, foram adaptadas para serem utilizadas na agricultura. Assim sendo, o tanque de guerra virou trator, o veneno virou defensivo agrícola e este processo ficou conhecido por revolução verde, com o seu discurso de acabar com a fome no mundo, o que não se concretizou na prática. A modernização tem como principais conseqüências a concentração fundiária e o êxodo rural.

A modernização não atingiu as pequenas unidades de produção e os incentivos e créditos foram destinados e absorvidos, na sua maioria, pelas grandes fazendas, aumentando em nível alarmante as disparidades no campo e, como conseqüência lógica, a desocupação ou desemprego e o êxodo rural.

A partir deste contexto a lógica do desenvolvimento na agricultura, iniciando a fase de produção em larga escala. A Revolução Verde, teve como foco principal a produção de comodities e não mais a produção de alimentos. Pensar a produção em larga escala trouxe consigo outra questão: Para se produzir maior quantidade se fazia necessárias áreas maiores. Diante disso, muitos colonos, empobrecidos foi este sistema, foram engolidos pelos produtores capitalizados. Essa nova maneira de trabalhar na agricultura traz consigo outra necessidade: a de mão de obra qualificada, capaz de dominar estas novas tecnologias.

Neste período houve muitos conflitos, onde milhões de camponeses

foram expulsos do campo. Grandes empresas utilizavam instrumentos violentos para tomarem posse de áreas enormes e passaram a utilizá-las para extração das madeiras e para reflorestamentos. Muitos camponeses que tentaram resistir foram violentamente assassinados.

O município de Porto Barreiro, alvo de nossa pesquisa, também passou por este processo de concentração da terra, porém não baseada nos princípios da revolução verde, mas na utilização da terra para exploração das madeiras nativas e posterior replantio de espécies exóticas. Ou seja, a propriedade da terra se torna moeda de especulação e obtenção de lucro por quem nem se quer reside na terra.

Neste contexto a Manasa - Madeireira Nacional Sociedade Anônima, chegou apresentando documentos de determinada área de terra, como se proprietária fosse, intimidando os camponeses posseiros, com jagunços fortemente armados, ateando fogo em casas e paióis e pressionando-os a abandonarem suas posses. A partir daí, tomavam posse de tudo, transformando em propriedade particular.

A grande maioria dos camponeses não possuía documentos de suas terras, viviam a muitos anos na terra, mas não tinham esclarecimentos legais, ou condições financeiras para regularizar a situação. Os detentores do grande capital, tendo conhecimento da situação de irregularidade, tratavam de forjar documentos frios para estas terras e com o apoio do Estado expulsavam os camponeses de suas terras.

“Meu pai foi um morador que saiu corrido da fazenda, outros foram ameaçados e que começaram a ir embora”. Ganhavam uns trocos pelas terras e iam embora, pois não adiantava teimar por que eles eram terríveis, agiam junto com o delegado”. (depoimento coletado nos encontros do PCFE⁷ 2006).

O depoimento acima foi coletado nos encontros do PCFE, ressalta bem a posição do “Estado”, na pessoa do delegado, que ajudava os jagunços, representantes do grande capital a expulsarem os camponeses, jogando-os nas sarjetas sem saber o que fazer e nem para onde ir. Este é o denominado progresso, que esta nova forma de conceber a agricultura trouxe: sofrimento, concentração fundiária, miséria, desilusões, violência, mortes, êxodo rural.

Uma visão que conseguimos identificar, principalmente com os moradores mais antigos das comunidades, é sobre o grande número de famílias que

⁷ Programa Comunidade, Família e Educação.

viviam no campo, antes de a revolução verde tomar corpo, ou, antes do grande capital financeiro se expandir para o campo em Porto Barreiro. As famílias eram numerosas, as propriedades eram pequenas, os trabalhos eram todos manuais, ou com o auxílio de animais, (bois, cavalos ou muares). Eram muito comuns neste período os puxirões⁸, onde varias famílias se reuniam para trabalhar, e se divertir, a final de contas os puxirões sempre eram encerrados com danças, bebidas e muita comida. As famílias também se reuniam para celebrarem a festa da colheita, após cada safra. Estes são apenas alguns exemplos da dinâmica que se estabelecia no campo, tornando este espaço um lugar mais animado e melhor para se conviver.

Outro grave problema que evidenciamos no campo, não apenas em Porto Barreiro, mas é uma realidade generalizada na agricultura, é que com o modelo de pacotes implementados. Pelo Governo que além da perda de identidade gerou um grande processo de endividamento dos camponeses, que não dominando o processo, passaram a serem meros executores da ordem dos técnicos agrícolas, que representam as cooperativas e as empresas produtoras de agroquímica. Estes camponeses abandonaram a produção para o auto consumo e passaram a trabalhar com o cultivo de monoculturas, com um objetivo específico; a produção de comodittes para a exportação.

Este processo de perda de identidade e adoção dos pacotes da revolução verde ,pode ser considerada como uma das responsáveis pela fome e miséria no campo, haja visto que os agricultores deixaram de produzir sua base alimentar, para produzir mercadorias e desta forma, perderam o foco da agricultura de produzir alimentos. A utopia de ficar rico com o pacotismo, tem deixado cada vez mais endividados os camponeses e fomentado o êxodo rural.

⁸ Denominação que sofria variações de acordo com as regiões, podendo ser: mutirão, pixurum, puxirão.

2.4. A RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES NO CAMPO.

Resistir aos embates no campo, bem mais que um ato de coragem por parte dos camponeses, era um sinal de que a terra era único meio de sobrevivência que possuíam. Desta forma os focos de resistência no campo, que se davam de forma isolada, podem ser considerados como os fomentadores dos movimentos sociais, que passaram a serem organizados para fazer a luta coletiva pela terra.

Alguns camponeses em Porto Barreiro, resistiram a esta pressão por mais de 30 anos, lutando isolados, sem qualquer organização, tendo apenas a esperança e o sonho de viver na terra, contra o grande latifúndio e o Estado, para, a partir de 1998, quando da ocupação por parte do MST - Movimentos dos trabalhadores Rurais Sem Terra - passarem a lutar juntos contra o latifúndio criminoso, com outras centenas de camponeses também excluídos da terra. Pires⁹, assim destaca;

Outra forma de ocupação do espaço na região, completamente diferente das formas tradicionais de ocupações como: sesmarias, posses e usos ou simplesmente da compra da terra, é a ocupação promovida por um movimento social, que vem atuando em todo o Brasil, chamado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. A primeira ocupação do MST em Porto Barreiro ocorreu em 01 de Setembro de 1998 com 370 famílias compostas de 650 adultos e 800 entre jovens crianças. Esse fato é importante porque traz, também para a população de Porto Barreiro, a discussão sempre presente, que é a questão da Reforma Agrária, ainda não resolvida em nosso país. Esse tipo de ocupação do espaço promove novos valores que devem ser discutidos e entendidos pela sociedade como um todo. (PIRES, 1999, p. 52).

Pires ressalta que esta nova forma de ocupação da terra em Porto Barreiro, promove novos valores. Que valores seriam esses? O que levaria famílias enfrentarem inúmeros riscos, para lutar pela terra? Por que lutar pela Reforma Agrária, é uma forma de justiça social?

Os valores promovidos pela luta pela terra de forma organizada, têm no centro do processo o coletivo, onde ninguém é mais ou menos importantes, todos são importantes na luta contra um inimigo maior; o latifundiário. Desta forma ao se valorizar

⁹ Ariel José Pires, Doutor em História e Professor da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná UNICENTRO.

o coletivo, as pessoas passam a se perceberem enquanto sujeitos do processo, com voz e vez e passam a ajudar na organização interna, assumindo as mais diversas tarefas dentro do acampamento.

A opção em adentrar nas bases organizacionais do MST, é a forma que as famílias despossuídas da posse da terra encontram, para buscar o direito mais sagrado de todos; de viver, e viver com dignidade e humanidade. Assim sendo, lutar pelo direito a terra e pela vida é uma forma de lutar por justiça social e se contrapor ao modelo hegemônico capitalista, que prega a competitividade e a concentração fundiária e de capital, excluindo as pessoas dos direitos básicos, como a oportunidade de terem vida digna.

Ao longo da história a concentração da terra e do capital têm sido grande causador de muitas injustiças, onde milhões de pessoas pereceram, para que uma minoria sobrevivesse muito bem. Esta é a marca do latifúndio e que o MST almeja superar. A forma visualizada para isso, é organizar as famílias para mudarem a estrutura fundiária através da pressão popular, na forma de ocupação.

Construir um projeto popular que tenha audácia de se contrapor ao projeto hegemônico capitalista, não é uma utopia apenas dos movimentos sociais, mas de todos que acreditam que a vida humana, deva ser primordial e estar acima de lei.

grande latifúndio traz consigo marcas de sangue e suor além de muito sofrimento e sonhos enterrados. Este fato evidencia mais uma vez, que a origem da grande propriedade, foi uma grande manobra em que os militares, favoreceram a incorporação de grandes áreas de terras, em detrimento dos pobres colonos camponeses. E numa análise mais aprofundada, verifica-se a inexistência de documentação legal das terras. Isso é o que está acontecendo com a área da Fazenda Manasa no município de Porto Barreiro, que há mais de 9 anos está ocupada por agricultores Sem Terra¹⁰ e não teve sua situação regularizada, sendo que a documentação apresentada não tem procedência. A Cisa¹¹ da referida área é falsificada, sem procedência. Este problema tem a gênese ainda no século XIX, datada

¹⁰ Sem Terra, com letra maiúscula é sinal de identidade construída pelo coletivo que luta para rever o direito de possuir a terra, de ser sujeito do processo.

¹¹ A Cisa a qual faço referência, tratasse de um imposto que era cobrado no século XIX, onde o pagamento deste imposto comprovava que a pessoa seria a legítima dona da terra.

do ano de 1854.

Estas terras na sua origem eram todas terras indígenas, povos estes que foram praticamente dizimados pelos chamados "desbravadores", pelos historiadores que contam a versão de que os indígenas não são gente e portanto não precisam de terras para viver e podem ser colocados em reservas, como se animais irracionais fossem.

Num segundo momento estas mesmas terras eram ocupadas por caboclos, aqui no município chamados de pretos, que viviam na e da terra, até o momento em que entra em ação as leis que excluem os legítimos camponeses da terra, para grandes corporações poderem utilizar estas áreas meramente com interesse financeiro especulativo.

Pessoas relataram durante os encontros do PCFE, sobre como o latifúndio agia para expulsar os posseiros da área:

Eu sempre fui dono da terra, na Água Morna, (MANASA), o delegado mandava tirar as famílias, me queimaram até o paiol, comida, tudo que eu tinha... as coisas eram muito desalinhadas, a gente ia falar com o delegado e ele mandava a gente se cuidar, dizia que os caras eram malvados, depois, mais tarde descobrimos que ele mesmo mandava os pistoleiros... com eles era duro pelear! Isso era depois que a maioria do povo tinha saído... os outros já tinham saído, fui um posseiro teimoso... Voltei várias vezes, mas tive que desistir. Depois que o Movimento sem Terra ocupou parte da MANASA, a gente ficou sabendo que esta terra nem documento tem! (PCFE, 2006).

Estas são apenas algumas das muitas marcas, que o processo de modernização dolorosa trouxe para os camponeses. No relato acima também percebesse a posição que o Estado, nesse caso representado pelo delegado. Poderíamos afirmar tendo por base o depoimento acima que a lei, sendo criação burguesa, realmente cumpre sua função; de defender o capital das pessoas, ou seja, excluir e legitimar esta exclusão. Poucas são as autoridades que tem como filosofia de vida, fazer com que a lei seja colocada a serviço das pessoas em contradição ao capital excludente.

O processo de mecanização e exclusão da agricultura no Brasil se intensificou durante o período Militar, pelo incentivo do Governo Federal para os desmatamentos, tornando as terras agricultáveis. Os moradores antigos ainda hoje,

relembrem as palavras de incentivo: "Plante que o governo garante". Houve abertura de linhas de créditos especiais, subsidiadas, com recursos dos Estados Unidos da América, para que os agricultores aderissem ao novo modelo que estava sendo implementado no campo brasileiro. Surgiram também, neste contexto, as sementes híbridas, os fertilizantes e os defensivos agrícolas. E a grande propaganda que se fazia para a revolução verde, era a de acabar com a fome no mundo porém a fome não é uma questão de falta de alimentos, mas da má distribuição de renda.

O regime capitalista selvagem e excludente concentra a riqueza e a renda nas mãos de uma pequena elite. Outro agravante que merece ser reforçado, o agronegócio não produz alimentos, produz *sim comodities*, que serve para alimentar animais nos países desenvolvidos.

As estatísticas mostram que quem realmente produz mais de 70% de toda a alimentação, é a agricultura familiar camponesa e não o agronegócio.

Com a revolução verde, houve uma grande mudança nas formas de trabalhar na agricultura. Os serviços passaram a ser mais leve porque, ao invés da pessoa trabalhar, as máquinas passaram a executar o serviço pesado. Isso é lógico, para quem conseguiu entrar neste sistema de produção, chamado de moderno. Ao invés de capinar as plantas consideradas ervas daninhas, pelos técnicos agrícolas, que representam os fabricantes dos agrotóxicos, se passa o veneno. Este quadro todo diminuiu a necessidade de mão-de-obra utilizada na agricultura e, por conseqüência, intensificou o êxodo no campo brasileiro.

A função da agricultura "moderna" mudou completamente de foco. Ao invés de produzir alimentos, passou a ter a função de produzir mercadorias. O Brasil continua a ter sua produção pautada pelo mercado internacional como na maioria de sua história.

Com a mudança de matriz tecnológica, os agricultores perderam a identidade, pois no sistema "arcaico", dominavam todo o processo. A partir da nova fase agrícola, passaram a seguir ordem dos técnicos agrícolas que representam as cooperativas e empresas produtoras de sementes e agroquímicos, que passam discriminar as sementes crioulas para venderem mais sementes híbridas. Desta forma os conhecimentos que eram passadas de pais para filhos, sobre a seleção e

preparação das sementes e manejo de solo se perderam.

O pior de tudo ainda estava por vir. Os cientistas pesquisaram e, contrariando inclusive os princípios bíblicos, conseguiram modificar as sementes, colocando nas mesmas, gens de outros seres vivos, surgindo assim as sementes geneticamente modificadas, ou as sementes transgênicas.

Com isso cada vez mais os agricultores vem passando por um processo de perda de autonomia e identidade, se tornando meramente executores, pois quem decide o que será plantado, como será plantado, são os técnicos.

O mercado de exportação é o carro chefe da agricultura brasileira e os grandes proprietários têm as bases de suas produções voltadas estritamente para o mercado externo. A agricultura nestes moldes tem função estratégica no equilíbrio da balança comercial brasileira, porém em nada serve ao conceito original da agricultura de produzir alimentos.

Outro grave problema que se evidencia é a preocupação que temos com relação ao meio ambiente. Conforme sabemos as plantas tem a capacidade de se misturarem umas com as outras, conforme as espécies. Com os OGM, poderá chegar um dia, em que todas as plantas sejam transgênicas e aí ninguém terá como fugir e pagará "Royalties" às multinacionais. Além do que ninguém sabe claramente o que isso poderá significar para a saúde dos seres humanos.

Pesquisas realizadas por cientistas ingleses demonstram que filhotes de ratos criados em laboratórios alimentados com milho transgênico BT, da Monsanto, apresentam muitas anomalias. Fica assim uma grande incógnita "Até que ponto o ser humano é capaz de transformar? O que poderá acontecer com o planeta? E a vida onde fica? Até quando o dinheiro vai estar acima da vida?".

Este sistema de produção escraviza agricultores e já hoje, 2007, muito agricultores são obrigados a pagar royalties a Monsanto, mesmo sem ter plantado sementes transgênicas. Caminha-se rapidamente para a escravidão total dos agricultores, pois todos ficaram nas mãos das empresas detentores da patente e que estão monopolizando cada vez mais a produção de sementes. E os conhecimentos históricos, passados de gerações para gerações ao longo dos séculos, se perderão totalmente. Restarão apenas alguns pontos de resistência.

Nem mesmo os cientistas, conseguem prever os malefícios ou benefícios que o consumo dos OGM poderá causar tanto para os seres humanos, quanto para os demais animais e vegetais. O questionamento que deixamos é o seguinte: Neste ritmo que estamos andando, o que será da vida das pessoas, animais plantas, enfim do planeta terra como um todo? Onde o homem pensa em chegar? Na autodestruição? Isso é desenvolvimento?

Destacamos algumas falas coletadas durante os encontros do PCFE, nas comunidades, sobre a agricultura, que iremos ressaltar no item seguinte.

2.5 CONTRIBUIÇÕES DOS ENCONTROS DO PROJETO COMUNIDADE, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO, SOBRE O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A PROBLEMÁTICA VIVENCIADA NO CAMPO.

Antigamente as famílias que viviam no campo, ensinavam a seus filhos como produzir, ou seja, ensinavam a plantar, cuidar e colher os frutos que alimentaria a família. Hoje muitos filhos de agricultores não sabem o que é pôr uma semente na terra, pois encontram todos os alimentos prontos. (PCFE, 2006.)

Um aspecto que percebemos nos encontros do PCFE, é que muitas crianças quando questionadas sobre de onde vêm os alimentos, foram muito enfáticos, ao afirmarem que estes provêm do mercado. A idéia destes adolescentes não é totalmente errônea, haja vista que, o modelo que seus pais trabalham na agricultura é este. Produzir somente mercadorias, e comprar tudo o que precisa no mercado. Porém aí detectamos um grave problema, onde a agricultura deixa de ter o caráter de produzir alimentos, passando a produzir simplesmente as comodities. Precisamos nos contrapor ao modelo do agronegócio e passar a recuperar a identidade camponesa, de produzir o auto sustento, como estratégia de continuar vivendo no campo.

A Educação do Campo, tem uma função muito importante neste contexto, de trabalhar o resgate da identidade e dos valores camponeses. Levar estas discussões para sala de aula, para que as crianças camponesas, aprendam que os alimentos são produzidas. Problematicar estas situações de barbárie, que está

acontecendo no campo, é uma estratégia para reverter a desertificação humana no campo. Criar mecanismos para fazer com que estas crianças queiram continuar vivendo no e do campo, sendo a educação um instrumento que ajude a potencializar este espaço, enquanto espaço de vida.

Muitas famílias que produzem todos os alimentos na Agricultura conseguem sobreviver bem melhor que as famílias que vivem na cidade com uma renda de R\$ 200,00 por mês, tendo que comprar todos os alimentos". (Relato coletado nos Encontros do PCFE, 2006)

Estes agricultores, além de terem sua identidade de agricultores preservada, conseguem uma melhor qualidade de vida e da alimentação, que estes agricultores sustentáveis produzem. As místicas realizadas nas aberturas dos encontros do PCFE demonstravam a diversidade e a riqueza de alimentos que o campo ainda produz.

O agricultor que não domina o processo, é um agricultor sem identidade. O PCFE, trabalhou no sentido de que o agricultor necessariamente precisa dominar todo o processo da agricultura, para que desta forma se possa questionar os técnicos, que representam as cooperativas e as multinacionais. Técnicos estes que retratam a fertilidade do solo pelo uso de fertilizantes. Pessoas que têm somente interesse em ganhar dinheiro, não se preocupam se cada ano os agricultores estão cada vez mais endividados.

No modelo de produção que hoje se vivencia, as pessoas perderam o sentido de trabalhar na Agricultura, com a tecnologia as famílias se acomodaram, só uma pessoa trabalha, o restante não precisa trabalhar, só se conhece superficialmente a tecnologia, há dependência dos técnicos e os agricultores só tem certeza que precisa comprar sementes e insumos e, que custam caro!

As mudanças na tecnologia que incluem os maquinários, levaram ao abandono das práticas manuais, já não existe o coletivo e as pessoas desanimaram no campo, ficando dependentes do modelo". (Relato coletado nos Encontros do PCFE, 2006)

Um campo que para o modelo do agronegócio não precisa ter gente, simplesmente produção. Em que não há menor respeito pelo meio ambiente. O modelo da agricultura colocou o agricultor em contradição: ele precisa produzir, mas a forma como produz destrói o meio de produção, que lhe garante a prática na agricultura. A

base de tudo passa a ser a maior produção possível no menor espaço. Produção que reflete lucro, tendo vista o grande investimento que precisa ser feito para atingir produtividade. O agricultor em muitos casos acaba fazendo papel de ponte, para tirar o dinheiro do governo, através de financiamentos repassando às cooperativas e multinacionais. No final das contas, muitas vezes, sobra para os agricultores as dívidas.

Muitos agricultores estão percebendo que seu trabalho em nada está servindo, alias serve e muito para enriquecer os donos dos comércios. Diante disso começa-se a perceber que;

Por exemplo, ao jogar veneno nos rios, prejudica a nós mesmo, já temos falta de água, lixo exposto, entre outros problemas ambientais. Faltam conhecimento e consciência ecológica para compreender que a fertilidade está na natureza para usar adubos orgânicos, sobra mão de obra na unidade de produção e não tem trabalho para a juventude. O orgânico produz menos, porém no final das contas a renda é maior, com a semente transgênica o custo é maior e, mesmo que se produza em maior quantidade, tem o financiamento para pagar e a renda final é pouca". (PCFE, 2006)

Os agricultores sabem que o modelo de desenvolvimento, baseado no agronegócio precisa ser repensado, que estão cada vez mais endividados, desiludidos com a agricultura. Conforme constatação feita nas reuniões do PCFE, em que:

... Será preciso trazer incentivo às famílias agricultoras e encontrar novas formas de trabalhar uma relação entre os mutirões e a tecnologia utilizada hoje, isto significaria resgatar o que o passado tem de bom, juntando com as tecnologias. Os pacotes que ajudam a produção ainda são para comprar venenos e insumos de grandes empresas como a Monsanto! O que vamos fazer com os agricultores que estão endividados? Se o campo acabar, de onde virão os alimentos? Ainda achamos que o conhecimento está lá fora, mas será preciso compreender que aqui temos conhecimentos. Outro aspecto é que para avançar em outras formas de produção será preciso ter garantias de comercialização, por exemplo, não dá para ter o plantio de girassol sem ter comercialização, assim também com outras culturas. (PCFE, 2006).

Na fala, percebe-se que existe uma consciência de que é preciso, através da educação, refletir a partir das práticas dos agricultores e construir uma nova base em que ele possa compreender e conhecer as técnicas e tecnologias. Conseguir superar a visão de mercado. O papel da educação, é construir métodos para que os agricultores dominem as técnicas e seus fundamentos, transformando-as em

tecnologias (técnicas aliadas ao conhecimento de seus fundamentos – exemplo: agroecologia não é só não usar veneno, mas é saber que a natureza tem formas de se proteger e de desenvolver processos que dispensam o uso de agrotóxicos e isso é uma tecnologia muito avançada, pois reduz custos, torna a produção mais equilibrada ambientalmente e não agride as condições de vida do ambiente, incluído o ser humano), valorizando os conhecimentos, sem com isso romper com sua identidade.

Essa fala expressa também a dificuldade que os agricultores têm para pensar as formas de produção de forma mais estratégica e de longo prazo. Normalmente, em função da pressão do mercado e da propaganda, ele pensa soluções mais imediatistas e vindas de fora. A diversificação, para essa pessoa só é possível para o agricultor se outros resolverem a forma dele comercializar. Não percebe que a solução pode estar em iniciar um processo coletivo dos próprios agricultores, produzindo de forma diversificada e buscando uma nova forma de relação com os consumidores dos seus produtos.

Normalmente a solução está vista a partir de monoculturas, dominadas por agroindústrias que comandam o agronegócio e submetem os agricultores à sua lógica comercial.

Importante a ação do PCFE, quando faz processos de trocas de sementes e mudas com as crianças das escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Barreiro, para que essas percebam a importância da diversidade e a possibilidade de dominar os processos de produção não somente dos produtos, mas de suas sementes. Outro aspecto importante é a busca de uma forma alternativa de mercado, alternativo ao mercado capitalista, formado pelas feiras dos agricultores, pelas vendas diretas para o consumidor e para a venda de produtos para o governo através do programa PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

O processo de alternativas, tem que se fundamentar na capacidade de organização dos próprios agricultores, com o mínimo possível de dependência do poder público – organização de base **autônoma**.

Aqui entra o papel fundamental da Educação do Campo, no sentido de criar mecanismos para que seus educandos/as cresçam enquanto sujeitos dos processos, adquirindo uma visão multidimensional e horizontal.

Estamos caminhando a passos largos para a destruição de tudo. No ritmo em que a agricultura está sendo desenvolvida, o planeta não agüenta. A cada ano, aumentam as quantidades de agroquímicos para manter a produção e estamos contaminando tudo. Os produtos produzidos trazem consigo uma alta dose de agrotóxicos.

Em alguns pontos em que houve um processo de exploração da agricultura intensivo de monoculturas, baseado nos moldes do agronegócio, o que se vê, é um verdadeiro deserto. A terra está esgotada. A natureza está totalmente destruída. E a preocupação que devemos de ter, é com as futuras gerações, pois deste jeito, muitos nem terão oportunidade de nascer e muitos dos que nascerem poderão cada vez mais ter problemas sérios para a sobrevivência.

As previsões para o futuro são péssimas. Haverá falta de água, o planeta está superaquecendo, gerado pelo efeito estufa; aumentarão as catástrofes naturais, cidades inteiras e países sumirão do mapa. As pessoas que mais estudam, ao invés de pensarem formas, de ajudar a encontrar a solução para os problemas existentes, ajudam a criar coisas, que fortalecem e muito a destruição, só para poder ganhar mais e mais dinheiro. Este é o conceito de desenvolvimento capitalista, que criticamos e acreditamos que a educação precisa ajudar a questionar.

Educar não é mera transferência de conhecimento, mas sim conscientização e testemunho de vida. É libertar o Ser Humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a historia é um campo aberto de possibilidade" (Meszáros¹²,2005, p 13).

Somos seres humanos, temos inteligência, portanto precisamos construir um futuro melhor para nós humanos e não para o capital, explorador e excludente.

Nós agricultores não estávamos preparados para as mudanças que foram acontecendo e ficamos dependentes dos produtos industrializados, esquecemos de cuidar da alimentação que seria a melhor forma de diminuir as filas no Posto de Saúde. Só curamos as doenças não "comemos" saúde, pois comemos muitas "besteiras, gastamos muito em remédios, exames, perdeu-se muito do que se conhecia de remédio natural. Os alimentos produzidos nas unidades de produção poderia nos ajudar a ter uma vida mais saudável, uma vida com qualidade. Saúde e alimentação deveriam ser objetivos também da

¹² Istvam Mészáros; Educação Para Além do Capital.

merenda escolar para que além serem bem alimentadas, as crianças e os jovens teriam oportunidade de aprender que o fruto do trabalho de suas famílias é importante...(PCFE, 2006)

Cuidar da saúde com alimento saudável, auto-consumo. “Que teu alimento seja o teu remédio e que teu remédio seja o teu alimento” (Hipócrates). Perceber que é preciso pensar na saúde, para que desta forma se inverta a lógica normal de cobrar do poder público mais médicos, fichas nos Postos de Saúde e medicamentos, afinal neste ponto não estamos tratando mais de saúde e sim de doença. É preciso compreender que discutir saúde passa principalmente em cuidarmos do meio ambiente e termos uma alimentação saudável e bem diversificada todos os dias e de preferência livre de qualquer tipo de agro tóxico.

Mais a importância da contribuição do PCFE, para estas discussões ao final deste capítulo, concluímos que a revolução verde trouxe o progresso e o desenvolvimento ao campo, porém são de base capitalista e não humanista e a principal consequência dele é muito sofrimento, miséria, desilusão, mortes e um campo que está ficando deserto de seres humanos. O PCFE, fez emergir alguns questionamentos fortes e tensionantes, para que pudéssemos repensar o modelo de desenvolvimento e a perspectiva de futuro do campo em Porto Barreiro, onde algumas questões merecem um destaque especial A questão que devemos fazer é a seguinte: É este o campo que queremos? Onde as pessoas irão morar? Quem irá produzir alimentos? Qual é a função da educação neste processo?

No terceiro capítulo, faremos uma análise da educação e sua importância na concretização do plano capitalista e a educação contra hegemônica, popular que precisamos resgatar ou reinventar, para tentar pensar um novo projeto de desenvolvimento em que as pessoas sejam importantes como seres humanos e não como mercadoria.

comunidade) o que pensavam para seus filhos, a nuclearização e seus efeitos sobre as comunidades, o ensino depois da nuclearização, a dependência do transporte escolar, os efeitos da educação sobre os educandos/as e que tipo de educação os pais pensam para seus filhos. Por que a educação historicamente não serviu para essas comunidades? Antes e depois da nuclearização mudou alguma coisa no papel da educação? Os dados que responderam estas questões são, em sua grande maioria, são oriundos das discussões do PCFE.

3.2. EDUCAÇÃO DO CAMPO E NO CAMPO: CONSTATAÇÕES ABSTRAÍDAS A PARTIR DOS ENCONTROS DO PCFE.

A educação, para os povos do campo, sempre foi deixada para o segundo plano, pois em momento algum havia incentivo para que as populações camponesas estudassem, e as poucas iniciativas de educação rural no Brasil aconteciam nas próprias comunidades, nas chamadas "escolas isoladas" onde os professores eram pessoas da comunidade, geralmente sem formação nenhuma. O diferencial neste processo, é que o professor conhecia todas as pessoas da comunidade havendo, desta forma, uma relação mais próxima entre escola, comunidade e família. Os pais eram presentes na escola e tinham comprometimento grande com a vida escolar de seus filhos. Desta forma a escola se tornava uma grande referência para todos.

As escolas eram organizadas de forma multisseriada, divididas em filas. Uma professora cuidava das turmas, da limpeza da escola, da alimentação dos alunos. A professora era muito mais respeitada que hoje, mesmo entre os vizinhos o respeito e a confiança eram maiores, um vizinho dificilmente desrespeitava o que o outro plantava. A comunidade era um lugar onde todos se ajudavam na medida do possível, havia maior convivência entre família/comunidade / trabalho/ vizinhos... As famílias ficavam mais tempo reunidas, as pessoas mesmo, viviam mais unidas. Hoje os valores sociais, a cultura, as religiões não são valorizados, as famílias perderam a união, a confiança e o diálogo com a comunidade e com isso se perdeu também a comunicação entre as famílias da comunidade. Perdemos o sentido da amizade, da conversa, usamos quase somente a TV, só visitamos os outros por necessidade, não há gratuidade, boa parte das coisas, mesmo com os vizinhos, não se resolvem

3. A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL.

3.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O Esvaziamento do Campo.

"Educar é o aprendizado coletivo das possibilidades da vida".(Pedro Tiera)

Seguindo, ainda, as discussões levantadas no Capítulo 2, onde apontei que a educação pouco ou nada tem ajudado a repensar o processo de desenvolvimento e, menos ainda, assumido uma postura contra hegemônica ao projeto de desenvolvimento capitalista, considero fundamental que seja construído um processo novo, em que a educação passe a assumir seu papel de formadora de cidadãos conscientes e situados em sua realidade concreta e capazes de realizar, de forma autônoma, processos de transformação de forma coletiva e solidária. Este é o tema do presente trabalho de monografia e que o Projeto Comunidade Família e Educação (PCFE) do município de Porto Barreiro, vem buscando desenvolver desde o ano de 2006. O PCFE, visando ampliar o conceito de educação, levou a todas as comunidades as discussões de educação, porém não era uma educação meramente escolástica, era sim uma educação humanizadora, com enfoque no ser humano, sujeito do processo e com capacidade de transformação, onde principalmente haja espaço para os seres humanos. Desta forma, juntos pensarmos e repensarmos estratégias de desenvolvimento que contemple os seres humanos, que ajudem as pessoas a terem vida digna e de qualidade no local em que residem.

Para isso, primeiramente vamos tentar compreender o processo da Educação Rural, pensado e implementado no Brasil, buscando compreender o campo e o papel estratégico que a educação tem cumprido ao longo da história de preparar mão de obra para o setor industrial urbano e de aculturação dos povos do campo.

Neste contexto, procuraremos compreender como eram as escolas no período mais inicial das comunidades, seu papel (compreensão a partir das pessoas da

com visitas e conversas, usa-se o telefone. Tudo é muito rápido, mas não se tem tempo. A televisão toma grande parte do tempo. (PCFE, 2006)

Não só as escolinhas do campo eram importantes para a vivência das famílias camponesas, mas também na comunidade tinha um sentido muito forte a união das famílias, tanto é que as construções de escolas e igrejas, antigamente, eram realizadas pelos próprios pais, em trabalho de mutirão. Até mesmo as madeiras utilizadas nas construções eram doadas pelas famílias da comunidade.

Tudo era muito divertido, havia pouca preocupação com dinheiro. Hoje, século XXI, as famílias estão cada vez, mais isoladas, cada qual pensando estratégias de ganhar mais dinheiro, não tendo nem mesmo tempo de ir na casa do vizinho tomar um chimarrão. É o reflexo do sistema que prega o individualismo e a competitividade. Tudo isto também é reforçado nas escolas.

As escolinhas nas comunidades serviam como uma espécie de referência para todos. Era muito comum as crianças irem para a escola descalças, ou de “conga”; aliás, quem nunca usou um par de conga ou de bamba? Até mesmo um pacote de açúcar ou de arroz, servia como mochila. Ninguém sentia vergonha de nada, era muito comum levar batata assada, pão, frutas de época para serem socializadas na merenda.

Agora tudo está mudado. As crianças, desde pequenas querem saber de andar na moda, e chegam ao ponto de se envergonharem da forma com que seus pais se vestem.

Após a nuclearização das escolas muita coisa mudou, e os pais queixam-se muito. As relações são muito distantes, os pais geralmente são chamados na escola para ouvirem reclamações sobre o comportamento de seus filhos; poucas as vezes em que podem opinar sobre os rumos que a escola deve tomar. Relembrem com um certo saudosismo das escolinhas nas comunidades:

Não se deveria fechar as escolas pequenas e levar as crianças para escolas distantes. Enquanto isto continuar, será preciso melhorar o transporte escolar e também a educação, pois hoje se educa só para o mercado e não para ser gente, ser educado, respeitar as pessoas. Seria necessária uma educação que fizesse um resgate histórico, que ensinasse a ter maior diálogo entre as famílias, que valorizasse o que os pais e mães sabem para que eles

repassassem seus conhecimentos para os filhos e filhas. (PCFE, 2006).

Durante os encontros do Projeto Comunidade, Família e Educação, ficou evidente o descontentamento com relação a escola, a educação e os educadores que, em geral, estão muito distantes da realidade das crianças, e que em muitos casos trabalham somente pensando no lado financeiro, sem ter o menor compromisso com a educação e com os sujeitos envolvidos. Estes professores tendem a negar a cultura e as tradições dos povos do campo. Diante destas constatações os pais levantaram então como possíveis soluções ao impasse:

...fortalecer as escolas, voltar a escola do campo através de des-nuclearização ou descentralizando partes da escola. Trazer a escola de 5ª à 8ª série para o campo, com um Projeto Pedagógico voltado para a comunidade que poderia ser uma formação com ênfase em agroecologia para que no trabalho se pudesse avançar para a agroindústria, aproveitando o que se tem nas propriedades, por exemplo, as frutas para a produção de doce, as crianças poderiam aprender esta noção desde pequeno. Tem escolas como Sertãozinho, Guarani do Cristo Rei, Cavernoso e Linha Gonçalves que poderíamos fazer uma outra forma de nucleação e planejamento. Outro Projeto é a Educação de Adultos que tratasse de Desenvolvimento, Educação, Agricultura, etc... como a turma dos Saberes da Terra. Criar também formas das famílias agricultoras ter mais formação, por exemplo, biblioteca nas comunidades, dar continuidade nos encontros, ter formação para as mulheres e para os grupos de jovens, para ajudar a sermos mais críticos com as informações e novas formas de comportamento que vem para a comunidade, discutindo o que é melhor? Mais importante? Isto que vem ajuda? Através da formação poderíamos ter mais iniciativas para a comunidade que 'trouxessem novas alternativas, por exemplo, aqui precisaríamos de bois para ajudar no trabalho, mas não usamos os bois o ano todo, por que não poderíamos ter bois num coletivo? Mas para isto é preciso formação, conhecimento para todos se entenderem. Enquanto não acontecem estas mudanças terá de melhorar esta escola que está aí e o Transporte Escolar, principalmente rever as linhas pois em alguns lugares as crianças precisam levantar muito cedo para alcançar o ônibus.(PCFE, 2006).

Diante desta situação, algumas das idéias levantadas, nas comunidades de Sertãozinho, Honório Babinski, Santíssima Trindade e Linha Gonçalves, referiram-se principalmente para:

A volta de algumas escolas para as comunidades seria a oportunidade de ter uma educação voltada para nós, com um projeto de vida que eduque e valorize aquilo que tem aqui, que ensine a ser gente, além daquilo que a mídia ensina para nossas crianças e adolescentes. (PCFE, 2006).

As crianças que saem de comunidades distantes, como, por exemplo, de Sertãozinho, andam todos os dias mais de 60 km em transportes escolares. E saindo destes locais, quando no perímetro urbano, aculturados, passam a negar o local de origem;

... as relações viraram uma mercadoria, ou seja, a gente só usa se precisa, como dizem as constatações, não há gratuidade, relações humanas, parece que tudo tem um preço!. A cidade e a mídia passaram a ser referência, é muito comum as pessoas terem vergonha por serem de determinado local, uma pequena comunidade ou mesmo deste município. Existe uma grande preocupação com o futuro e será preciso encontrar um caminho para retomar a atenção e a estima pelas pessoas. Como manter a amizade, o afeto e a segurança na família e no trabalho? Os filhos ouvem mais os amigos do que os pais, para isto é preciso encontrar um jeito de dialogar com eles compreendendo o seu mundo. A Lei, ou seja, o Estatuto da Criança e Adolescente, em muitos casos, prejudica e impede a educação das crianças do jeito que os pais sabem educar e não temos outros espaços onde se pode aprender... (PCFE, 2006)

Os pais, “desacorçoados” com tudo o que passam, acabam por não mais saberem o que fazerem com os seus filhos, sendo muito comum crianças xingarem os pais, e até mesmo casos de agressões. As influências a que estas crianças, jovens e adolescentes têm acesso são muitas e isso acaba ajudando na formação da personalidade. Os pais, impossibilitados ou em alguns casos incapazes de agir, acabam dizendo “o Conselho Tutelar não deixa educar as crianças”.

Precisaria saber que o Estatuto da Criança e do Adolescente, juntamente com o Conselho Tutelar coíbe a violência, principalmente espancamento. Jamais um pai será penalizado por conversar, aconselhar e até mesmo dar umas boas varadas nas pernas de seu filho que está agindo de forma não aceitável. As pessoas antigas sempre diziam “é de pequenino que se endireita o pepino, ou eduquem as crianças e não terão que punir os adultos”.

A grande questão é: Em que a educação tem ajudado? Quais são os valores reforçados? O que estas pessoas aprendem no transportes escolares?

O processo de nuclearização das escolas acabou com as relações sociais que se estabeleciam em torno da mesma, onde o professor era uma pessoa de referência em toda a comunidade. Durante as discussões do PCFE os adultos

recordavam com saudosismo o passado das escolinhas e evidenciam o seu descontentamento com relação a escola atual:

... hoje temos menos analfabetos, porém a escola está pior, pois antigamente ela educava e ensinava, era um tempo em que as pessoas viviam mais unidas, a escola mais próxima da comunidade e da vida das famílias, das crianças, das plantações, das brincadeiras, da educação da comunidade. Nas escolinhas do campo a aprendizagem era melhor, os pais e as mães se preocupavam menos, não era tanto consumo e moda como hoje. Parece-nos que a escola no campo aumentava a auto-estima das crianças como filhos e filhas de famílias agricultoras. Hoje a escola fica muito longe das comunidades, quando as crianças estudavam aqui era melhor, os pais conheciam seus amigos, o que comiam e com quem estavam...(falas dos pais, durante os encontros do PCFE, 2006)

Políticos insensíveis à situação da população, não pensam nas terríveis conseqüências que o fechamento das escolas do campo, podem causar para as comunidades rurais. Fecham-se em seus gabinetes e governam por decreto, deixando pouco espaço para a participação efetiva do povo. Desta forma muitas comunidades agonizam.

Quando se fechou a escola, a comunidade perdeu a participação, os pais se sentiam seguros em mandar os filhos para a escola, os pais sabiam que na escola as crianças estavam seguras, elas iam a pé para escola. Uma professora cuidava das turmas, da limpeza da escola, da alimentação dos alunos e era muito mais respeitada que hoje. (PCFE, 2006).

Compreender o papel que a educação rural vem desempenhando estrategicamente ao longo do tempo, é apenas um primeiro passo para construir uma nova base educacional para as escolas do campo. Uma escola que eduque para a vida e os problemas concretos que encontramos, onde o saber não seja limitado, ou vinculado diretamente a cultura urbana, que tem como objetivo final a preparação de mão de obra para o grande capital explorar sem nenhum escrúpulo. Nesta perspectiva de repensar a escola e o papel da mesma para o desenvolvimento humanista e sustentável, Caldart assim se refere:

A Educação do Campo não cabe em uma escola, mas a luta pela escola tem sido um de seus traços principais: porque a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo; porque o tipo de escola que está ou nem está mais no

campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos camponeses; porque a escola tem uma tarefa educativa fundamental, especialmente na formação das novas gerações; e porque a escola pode ser um espaço efetivo de fazer acontecer a Educação do Campo, e pode ter um papel importante na disputa de hegemonia de projeto de campo, de sociedade e de formação humana. (Caldart, 2002).

Disputa de hegemonia, ou contra hegemonia, deve ser um dos grandes papéis, que a escola do campo deve ser e ter em suas ações e em sua Proposta Política Pedagógica. Encarar de frente o capitalismo selvagem ao qual estamos inseridos e que por vezes a escola reforça como o modelo ideal, pregando a competitividade entre os alunos. Esta escola capitalista que criticamos, torna os alunos individualistas e por vezes até mesmo desumanos, haja visto que aprendem a utilizar diferentes formas para serem uns melhores do que os outros. A escola e os professores nem param para pensar que apenas um será o melhor e que o restante também precisará viver. Ter um projeto contra hegemônico é, antes de qualquer coisa, ter os educandos enquanto sujeitos do processo de ensino e aprendizagem; uma aprendizagem que seja pautada em valores humanistas em que todos tem a possibilidade de viver, inclusive as gerações que irão nascer. Sobre estes aspectos, Caldart assim se manifesta:

Compreender o lugar da escola na Educação do Campo é compreender que ser humano ela precisa ajudar a formar, e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que vêm se constituindo no campo hoje. A escola precisa cumprir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização das pessoas, e com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamada a estar atenta à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações de trabalhadores e de militantes sociais. (Caldart, 2002).

Repensar o processo educacional, significa uma mudança radical na forma de fazermos educação, afinal de contas como Freire dizia; “*Não existe neutralidade, tudo é intencional*”; precisamos mais do que nunca refletir sobre qual a intencionalidade a que estamos falando. Preocupamos-nos com a educação humanizadora e emancipadora, ou meramente nos preocupamos em preparar mão de obra? Tratamos nossos educandos como sujeitos ou objetos?

A nuclearização das escolas rurais tem muitas conseqüências pejorativas, porém, a pior de todas que destacamos e damos maior enfoque referes-se

ao acultramento que esses educandos sofrem. Se partirmos do princípio de que a cultura é aquilo que é cultivável e que se transmite de geração para geração, formando personalidades e valores, chegaremos a conclusão de que a educação é um instrumento que ajuda na transmissão cultural as crianças. Cabe aqui questionarmos: que tipo de cultura nossas escolas estão reforçando? O transporte escolar tem interferência na cultura dos jovens? Os pais conhecem os educadores? Os educadores conhecem a cultura dos pais? E mais, os educadores conhecem os alunos?

As perguntas são muitas, as respostas, cada qual tem a sua, alguns defendem a nuclearização, preferem que os filhos estudem para abandonar o campo, estão tão desiludidos com a vida que levam, que não vêem mais expectativas de futuro no campo. Os jovens gostam de estudar no perímetro urbano, comprovamos isso em entrevistas, relatam que estudando na cidade, têm contato com pessoas diferentes, e chegam até mesmo afirmar que o estudo é melhor.

A escola ajuda a reforçar esta visão de que o campo é um espaço de atraso, então cabe a educação ajudar a transformar este espaço em algo mais desenvolvido, e o sentido de desenvolvimento que a educação, urbanista reforça é o conceito do capitalismo. Desenvolvimento financeiro, nesta lógica o ser humano fica a mercê do capital, assim sendo quem tem dinheiro tem valor, e quem não tem acaba assumindo um sentimento de culpa por não possuí-lo.

Caldart ressalta que o papel da educação está em:

Emancipar politicamente os camponeses, como resultado do processo vivido, que é formador, é uma das tarefas do Movimento. Social vinculado às classes populares, pois ao mesmo tempo em que mobiliza cada sujeito para a luta social, constitui novos sujeitos com capacidade de empreender lutas mais ampla, aprofundando-as e recriando-as, pois a superação de necessidades básicas faz emergir outras no processo de emancipação. (CALDART, 2005, P. 27).

Defendemos a Educação do Campo como uma possibilidade de desenvolvimento no campo, para o campo e principalmente com pessoas vivendo no campo. Desta forma a educação precisa ultrapassar as barreiras das salas de aula. Assumir uma visão hominilateral, ou multidimensional. Onde o enfoque principal é dado aos seres humanos enquanto sujeitos e agentes do processo. Com isso não queremos dizer que as pessoas não possam estudar para trocar o campo pela cidade, cada qual é

um cidadão livre, tem o direito de optar, se quer viver no campo ou na cidade. O que a Educação do Campo defende é que as pessoas adquiram valores humanos de cooperação, solidariedade, onde há espaço para todos. Que não seja baseado em princípios da competitividade onde só há espaço para os melhores, afinal de contas a educação precisa ser inclusiva e não exclusiva.

3.3. EDUCAÇÃO RURAL: EXTENSIONISMO OU EDUCAÇÃO?

A educação no meio rural passou durante muito tempo fora de qualquer discussão. Afinal de contas para trabalhar na roça não precisava saber ler e escrever, a visão de que “O meio rural era concebido como um espaço inferior. Então para um espaço inferior, também um ensino inferior. É de grau modesto o ensino proposto pelo currículo desse educandário” (OCHOA, 1941, p. 8). O que existiam eram algumas iniciativas isoladas, no Brasil a primeira experiência educacional formal que existiu foi a dos padres Jesuítas:

... a vinda dos primeiros jesuítas no ano de 1549 pode ser considerada como o início da educação escolar... nos próximos 210 anos os jesuítas foram os únicos educadores no país... Mesmo que os jesuítas inicialmente tenham concentrado sua política educacional nas escolas superiores com a intenção de educar uma elite religiosa, eles iniciaram com a base, isto é, com a alfabetização dos filhos dos índios e portugueses. Dessas atividades surgiram dois tipos de escola: a escola de Ler e Escrever e o Colégio.(BERGER, 1976, p 164).

Surgia no Brasil experiências educacionais dos imigrantes, no entanto estas eram consideradas perigosas para o país. Havia muito medo que não se desenvolvesse o sentimento de patriotismo pelo Brasil, pelo fato que, mantinham traços dos países de origem dos imigrantes, desta forma o Estado se viu obrigado a desenvolver projetos de educação no meio rural. A educação projetada para este meio tinha mais caráter de extensionismo rural, do que de escola, pois a visão que o Estado tinha do campo como um lugar atrasado, sem conhecimento e cultura e caberia a escola então levar conhecimento e cultura para o povo do campo, sobre isso Gritti afirma que:

A formação do professor estava condicionada a assimilação de técnicas. E através da utilização de técnicas que o homem rural poderá ter uma vida melhor e ser valorizado pela sociedade. (discurso capitalista) a técnica representa na cultura dominante o passo para um estado superior. A passagem arcaica da agricultura familiar para o mundo "civilizado" de uma agricultura mecanizada ligada a indústria urbana. (GRITTI,2003, p.105)

A educação na perspectiva apresentada, desrespeita a cultura dos camponeses, impondo a ideologia da classe dominante, não propiciando espaço para troca de conhecimento, desta forma as pessoas se tornam objetos e não sujeitos do conhecimento. Pessoas sem cultura sem conhecimento, pouco contribuem para o desenvolvimento do país. O Brasil por não ter investido na educação, precisa importar tudo, inclusive as propostas educacionais. A respeito disso Leite, 1999, assim destaca:

As propostas importadas e impostas na educação rural tinham o objetivo de desenraizar os agricultores, preparando-os para sua expulsão da terra e a formação de um mercado de mão de obra urbana.

o objetivo imediato da Extensão Rural foi o combate à carência, à subnutrição e as doenças, bem como a ignorância e a outros fatores negativos dos grupos empobrecidos no Brasil, principalmente aqueles que integram a sociedade rural, classificados como desprovidos de valores, de sistematização de trabalho ou mesmo de capacidade para tarefas socialmente significativas.(LEITE, 1999,p 33-34)

Neste princípio em que a educação era proposta e implementada, se pensava todo o processo, para que desta forma a educação realmente conseguisse alcançar os propostos, assim sendo,

o professor deveria provir da classe média. Justificasse tal prerrogativa pois o mesmo teria uma grande bagagem cultural adquirida na convivência com a família e o meio social que tinha acesso. Deveria distinguir-se da comunidade, ser uma figura prestigiada, para poder dirigir a comunidade, para tanto desde a residência do professor deveria ser melhor do que as demais" (RBEP, 1949, p.116).

E se a idéia de ter escolas no campo, era superar a imagem do campo

como um espaço de atraso, não adiantava ter professores oriundos da classe média, era preciso que “A presença física o prédio escolar significava a existência de uma outra cultura, mais importante e superior, na direção da qual e para qual era preciso caminhar”. (RBEP, 1949, p.116). As construções dos camponeses eram considerados muito precárias, o que de fato pode ser considerado verdadeiro, se visto do ponto de vista da cultura urbana, ou estrangeira.

Sobre estes aspectos, de julgar os outros, tendo por princípio a sua cultura, tem sido o propulsor de inúmeros conflitos, pois cada cultura tem a sua forma de pensar e agir e o choque cultural, quando não há o diálogo tende a conflitos. Na educação rural brasileira o conflito foi grande, pois a educação tinha o caráter extensionista de servir de modelo em todos os sentidos. Conhecimento, cultura, formas de trabalhar na terra, modelo de casas...

Ao tratar-se especificamente da proposta educacional, esta manteve baseada nas concepções da Educação Rural que, “como elemento ratificador da ordem mantenedora dessa relação de submissão do trabalho ao capital, expressada na luta de classes, é, de forma direta ou indireta, antagônico à idéia de educação enquanto desenvolvimento humano. (MARTINS, 2004, p. 65).

A educação também cumpria outra função; o Brasil, após a crise 1929, passava por um intenso processo de industrialização e a escola tinha que ajudar o desenvolvimento do mesmo e para isso o desenvolvimento da educação no campo se deu justamente no período de intensificação do processo de industrialização. Neste contexto as escolas ganham sentido se seus objetivos estiverem em consonância com o projeto econômico e social voltado para o setor urbano industrial.

a nucleação das escolinhas que aconteceu no Brasil a partir de 1975, não conseguiu aglutinar uma manifestação das famílias rurais, no entanto pode-se dizer que de modo geral percebeu-se preocupação com respeito ao deslocamento das crianças e adolescentes para espaços distantes das famílias, ambientes desconhecidos impossibilitando aos pais e mães o acompanhamento da vida escolar de seus/as filhos/as. (SOUZA, 2006),

Propor um projeto de educação que seja contra hegemônico ao projeto capitalista, é antes de qualquer coisa ter a visão de que a educação seja para além do

capital, onde seja ela de caráter libertador, conforme Meszaros: A educação libertadora teria a função de transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age e que usa as palavras como arma para transformar o mundo (Meszaros, p. 12) .

Conhecer e compreender a educação (burguesa) e a função que ela desempenha estrategicamente é apenas uma das obrigações de todos os educadores e principalmente dos educadores comprometidos com a prática libertadora e transformadora que Meszaros defende. quando afirma que:

A educação que poderia ser uma alavanca essencial para as mudanças, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista; fornecer conhecimento e pessoal necessário a maquinaria produtiva em expansão capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema. (MESZAROS, 2005, p 15)

Não basta a compreensão da educação enquanto instituição burguesa, que visa legitimar as desigualdades. Precisamos ser ousados, nos contrapor ao modelo vigente, dizer e plantar no chão da educação a semente de um novo mundo, pautado em valores humanos de respeito, cooperação, solidariedade e acima de tudo; esperança de haja espaço para todos os seres humanos viverem e serem felizes. Este foi uma espécie de pano de fundo do processo que o PCFE, desencadeou e alguns resultados já são visíveis e demonstram que a escola pode ser melhor. Destacá-riamos como ações desencadeadas: construção de hortas escolares, construções de parques infantis, reformulação das Propostas Políticas Pedagógicas das escolas, agora mais pautadas na realidade, feira de trocas de sementes nas escolas. As pessoas anseiam por espaços para poderem expressar suas idéias, acreditam na educação, cabe ao poder público potencializar estes espaços e acreditar nos sonhos e ideais das pessoas de seu município.

4. O PROJETO COMUNIDADE, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: O FUTURO PASSA PELAS NOSSAS MÃOS.

4.1 UMA VIVÊNCIA DIFERENCIADA DE SE PENSAR EDUCAÇÃO COM OS SUJEITOS DO CAMPO.

Eu quero uma escola do campo que tenha a ver com a vida e com a gente, querida e organizada e conduzida coletivamente... Eu quero uma escola que não tenha cercas, que tenha muros, onde iremos aprender a sermos construtores do futuro... (Gilvan Santos; Construtores do Futuro).

O Projeto Comunidade, Família e Educação, PCFE, nasceu a partir de uma grande indagação que se fazia em Porto Barreiro, haja visto os rumos que a educação tem levado. Uma educação que desconhece e nega a realidade de seus educandos enquanto sujeitos históricos, com capacidade de transformação, com sua individualidade e alteridade, mas que na relação escolástica são massificados e homogeneizados nas relações e na forma de trabalhar, sendo usado como instrumento repressor para que isso aconteça, avaliações, que poda a idéia do educando, pois os concebe enquanto alunos. A-luno que não tem luz própria. Uma educação que cumpre a missão de preparação de mão de obra a serviço do capitalismo, ensinando que estes devem se preparar, para serem os melhores, aprendendo assim desde cedo serem competitivos e usar diferentes estratégias de passar os outros para tras, afinal de conta é isso que o modelo econômico precisa.

Partimos do princípio que a "educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida. Que educação não é uma mercadoria"(Meszaros,2005.p 11), é que decidimos convocar as lideranças das comunidades, para juntos pensarmos e repensarmos a educação em Porto Barreiro, e neste pensar com, é que nasceu o PCFE.

O Projeto Comunidade, Família e Educação, traz como lema "O futuro

passa pelas nossas mãos". Abriremos um parêntese para buscar ilustrar um pouco o sentido do nome construído coletivamente para o projeto que teria a função de repensar a educação no município, saindo do espaço institucional, chegando às comunidades e nas famílias Porto barreirense. O Projeto Comunidade, Família e Educação, tem o objetivo de ampliar o foco em que se pensa, repensam e constroem educação, pois tradicionalmente os pais não discutem educação num sentido amplo, discute aspectos práticos relacionados a estrutura, a merenda, a transporte escolar, porém não se desafiam, ou melhor poucos são os espaços criados para que possam participar das discussões curriculares, metodológicas e teóricas. São conhecedores da realidade do que a educação está fazendo com seus filhos e desiludidos chegam até mesmo a concordarem com a educação de caráter exógeno. Neste contexto são comuns afirmações de pais quando questionados sobre a importância do estudo na vida de seus filhos alguns afirma que, "quero que meu filho estude para não ser burro igual a mim", ou outras afirmações do tipo, "meu filho estude para não precisar sofrer igual seu pai, estude e conseguirá um bom emprego na cidade".

Nossa proposta é pensar a Educação do Campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações. Isto quer dizer que se trata de pensar a educação (política e pedagogia) desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social; ou trata-se de pensar a educação (que é um processo universal) desde uma particularidade, ou seja, desde sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em um dado tempo histórico. (CALDART, 2002. p 37).

Construir um coletivo e pensar junto a educação é antes de qualquer coisa uma estratégia para fazer com que as pessoas percebam que educação não tem caráter mercadológico, mas humano, ou seja, construir novos caminhos para o processo educacional a ser desenvolvido pelas instituições escolares, que respeitem os educandos enquanto sujeitos, que incentive as pessoas para estudar, e permanecer no lugar em que vive, transformando este local, num espaço melhor de se viver com qualidade, e que haja espaço para todos viver, onde valores como união, solidariedade, cooperação seja prática na vivência das pessoas. Isso tudo só é possível se as práticas escolares também forem enfocadas nestes princípios, conforme Caldart destaca.

“Pensar a educação vinculada à cultura significa construir uma visão de educação em uma perspectiva de longa duração, ou seja, pensando em termos de formação das gerações. E isto tem a ver especialmente com a educação de valores”. (CALDART, 2002, P. 43).

“O futuro passa pelas nossas mãos” é o lema do PCFE, que tem o enfoque que as pessoas percebam que nós somos sujeitos, que temos capacidade de mudar o rumo das coisas, tudo passa pelas nossas mãos, mas que se não sermos capazes de agir, perdemos a condição de sujeitos e passamos a ser objetos a serviço de um sistema que não tem a menor preocupação com o ser humano e com a vida de todos, que tem uma visão unilateral do ‘levar vantagem’ em tudo. Sistema este ao qual a educação precisa se contrapor, e isso só será possível se for capaz de construir um novo projeto coletivo de desenvolvimento, com participação e comprometimento de todos os diretamente interessados.

Futuro é o símbolo, a palavra forte que a educação de Porto Barreiro trabalha, afinal de contas sabemos que é das escolas que sairão os futuros líderes das comunidades, vereadores, prefeitos, professores, enfim sujeitos e se não dermos uma base esses sujeitos correm um serio risco de serem facilmente manipuláveis, perdendo assim a condição de sujeitos e passando para a condição de objetos a serviço do interesse de uma elite exploradora.

Após esta fase inicial de construir a idéia do PCFE, foi elaborado um cronograma de reuniões nas comunidades, sendo que estas foram distribuídas por núcleos de comunidades. Também no coletivo foram pensados 11 núcleos cobrindo quase a totalidade do município.

4.2. DIVISÃO DAS COMUNIDADES EM PEQUENOS NÚCLEOS.

A análise que se fazia, era a de que não se conseguiria realizar encontros em todas as comunidades, devidos a questão de tempo. Após muitas

discussões com os agentes representantes das comunidades, decidiu-se que seriam formados núcleos de comunidades. Os núcleos foram constituídos conforme a proximidade das comunidades, sendo que pessoas de cada uma das comunidades ajudaram a pensar estas divisões. Ao final das discussões, os núcleos ficaram assim compostos:

- Núcleo Guarani do Cavernoso, abrangendo as comunidades de Guarani do Cavernoso, Linha Gonçalves e Linha Lima;
- Núcleo Honório Babinski, abrangendo as Comunidades de Honório Babinski, Guarani do Cristo Rei e Serra dos Grameiros;
- Núcleo Porto Pinheiro, abrangendo o Acampamento Porto Pinheiro e Santa Rita;
- Núcleo Acampamento Nossa Senhora Aparecida, abrangendo o Acampamento Nossa Senhora Aparecida;
- Núcleo Sertãozinho, abrangendo as comunidade de Sertãozinho e Alto Sertãozinho;
- Núcleo Km 13, abrangendo as comunidades de KM 13, KM 10, Km 8 e Linha Bartoski;
- Núcleo Sede, abrangendo o Perímetro urbano;
- Núcleo Rio Novo, abrangendo as comunidade de Rio Novo e Vila Rural,;
- Núcleo Barra Grande I, abrangendo as Comunidades de Barra Grande I, Barra Grande II e Água do Boi;
- Núcleo Linha Rochi, abrangendo as comunidades de Linha Rochi, Passo da Erva, São Valentim, Linha Zampoli e Linha Iguaçú;
- Núcleo Porto Santana, abrangendo Porto Santana;
- Núcleo Passo das Flores, abrangendo a comunidade de Passo das Flores.

Havia mais um núcleo, que era o núcleo Pinhal Preto, que abrangia as comunidades de Pinhal Preto, Rio Crim e Pinhal Velho, mas que devido a questões

políticas de determinadas pessoas da comunidade que por não compreender o processo, articulou a comunidade, ou algumas pessoas dificultando a realização dos encontros. Estes políticos têm medo que o povo tenha conhecimento e passe a questioná-lo sobre algumas questões e desta forma teria dificuldade na hora da eleição, há visto que muitas vezes em municípios pequenos iguais a Porto Barreiro, por vezes candidatos compram votos para poderem se eleger. Estes políticos não aceitam uma educação emancipadora, libertadora, igual o PCFE defende. Sobre isso Caldart ressalta:

Emancipar politicamente os camponeses, como resultado do processo vivido, que é formador, é uma das tarefas do Movimento Social vinculado às classes populares, pois ao mesmo tempo em que mobiliza cada sujeito para a luta social, constitui novos sujeitos com capacidade de empreender lutas mais amplas, aprofundando-as e recriando-as, pois a superação de necessidades básicas, faz emergir outras no processo de emancipação. (CALDART, 2005, P. 54),

São justamente as lutas mais amplas que Caldart retrata, que causam muito medo a certo políticos, ou deveríamos chamar de politiqueiros, E que o único direito que defendem é o deles mesmos, e o compromisso com o povo e justamente com aqueles que mais necessitam da ajuda do poder público é inexistente.

4.3 MATERIAIS DE APOIO PARA AS DISCUSSÕES NOS ENCONTROS.

O PCFE tinha uma linha ideológica definida. Mas para que esta linha fosse seguida e desse rumo para as discussões, foi construído um material de apoio, para fomentar a discussão nos encontros. O material contém 6 pontos fundamentais, para discussão nos grupos¹³:

¹³ Em vários trechos, a partir deste ponto capítulo, serão utilizados textos da cartilha dos relatórios da 1ª fase do PCFE, publicados em Dez/2007. GHEDINI, Cecília Maria. **Sujeitos em movimento. Uma contribuição para Processos de Desenvolvimento e Educação do Campo. Caderno da 1ª Fase**, Porto Barreiro, PR, 2007.

4.3.1) Família, Juventude e Criança:

Em relação á família se há muitos comentários sobre as dificuldades em educarmos as crianças, adolescentes, e jovens. Sabe-se que é um processo que as vivências das famílias e da sociedade é diferente neste projeto de vida, entre os velhos e eles, mais jovens.

Cada geração tem uma formação (certo e o errado, bonito e feio, céu e inferno, bom e mau e ainda mal e bem...). Assim surgiu um dos primeiros aspectos que dificulta nossa relação com as crianças, os adolescentes e a juventude. Para os pais e os avós é preciso compreender a grande diversidade de idéias, de modelos de caminhos, de modas, que estão hoje colocados à frente deles como projetos de vida e assumir uma postura de compreensão e diálogo.

Sempre a primeiras atitudes dos pais é recriminar, falar mal do mundo de hoje comparando com saudades os tempos antigos. Eles já estão se indagando. Pensar juntos com os filhos e filhas, buscando um olhar sobre a vida desde o mesmo ponto de vista compreendendo o porquê existem estas diferenças, com quem viveu no passado , trazê-lo como memória e dele descobrir os valores e os exemplos vividos.

Atitude a ser evitada é romper o diálogo e a relação com os filhos, percebendo sempre que há uma chance em que inclui o momento certo de conversar, evitar os gritos e acusações, mas esforçar-se dos dois lados para avançar na compreensão os laços efetivos são muito importantes garantindo para não perderem seus filhos.

O outro grande desafio é a ideologia do consumismo (as marcas, as músicas, a ética diante dos outros ...). O diálogo como foi proposto acima senão correremos o risco de ao tomar posições, “jogar a criança junto com a água da bacia”

Será necessário pensar um projeto para nossos jovens ir em busca de saídas

neste mundo capitalista dando oportunidades em nossa sociedade.

A educação dos filhos a saída não apenas no individual, mas, incluem psicóloga, padre, a madrinha, a escola, a catequese e associações.

Isso levou a um bom debate nas comunidades levando textos a serem discutidos do que está acontecendo entre as famílias. (Textos que abordava valores, possibilidades de diversão que envolvam as famílias e as comunidades, que antigamente quando os pais e as mães eram crianças não havia tanto tempo para brincar como hoje, pois trabalhávamos com os pais aprendendo valores...).

Junto com essas descobertas apareceram também desafios a serem enfrentados e perceberam que não pode ser enfrentados isoladamente.

Incentivando as famílias e as entidades a organizar associações para dialogarem seus problemas como: saúde, educação sexual, os valores e assuntos polêmicos que nossa comunidade enfrenta.

4.3.2 Mídia e cultura local;

A mídia cada dia que passa vem propondo o consumo. Devemos considerar que nem tudo na cultura é bom ou tudo o que vivemos no passado é bom, o que deve estar presente nas culturas, nas tradições, nos costumes, nos jeitos de ser deve existir a possibilidades de construir as condições para encontrar um meio termo entre estas orientações. Se perderem a criatividade e desenvolver a capacidades.

Ao desenvolver o trabalho nas comunidades foram levantas várias questões que as famílias perceberam (Muitos costumes antigos foram deixados de lado por causa das coisas novas que apareceram se copia tudo da mídia. A religião perdeu influência na vida das pessoas deixando esses valores de lados.).

A cultura urbana coloca novas necessidades a dependência da televisão, da moda, as músicas (rock, funk...) A comunidade sente as necessidades resgatar a cultura local, da fé, encontrar formas de construir caminhos para serem unidos na comunidade e no município. Tendo incentivo do governo municipal e apoio

resgatando os valores esquecidos com uma cultura e identidade local com grupos (músicas, de teatro e danças...)

No acampamento do MST município, é necessário garantir a organização das pessoas e conhecer as mesmas que ali vivem. Lutar para as pessoas camponesas não enfraquecer o campo, e cuidar daquilo que ainda temos como a água, recuperar os costumes da alimentação, uso das plantas medicinais e ter um contato direto com a natureza. E refletir sobre análise que as escolas estão ensinando.

4.3.3 Modelos de agricultura, mão de obra e trabalho nas famílias:

A modernização na agricultura teve como uma de suas estratégias o fortalecimento ainda maior da fragmentação, da transformação de tudo que está ligado á terra ou agricultura sendo esquecidos muitos valores e culturas.

Há tempos a idéia que predominava na agricultura era a de trabalhar bastante todos trabalhavam desde crianças. Cabe lembrar que isto nem sempre era bom! Havia muitas crianças que trabalhavam demais. Mais existia um valor, pois aprendiam tudo sobre como produzir alimentos e ter uma determinada renda permitia viver. Hoje os jovens e as crianças deixaram de gostar do trabalho da roça e acham o dinheiro fácil de encontrar nos bancos e os alimentos nos supermercados.

As produções estão especializadas, quando plantamos soja mecanizada, por exemplo, as famílias ficam vários períodos do ano sem trabalhar na agricultura; percebemos que estamos com o tempo de trabalho na agricultura reduzido, mas vemos menos frutas, menos hortas, menos galinhas, e ovos ou pequenos animais; da mesma forma deixou-se de lado a produção dos alimentos como doces, rapaduras, melado e tantos outros. Isso significa muito para o auto consumo e para ter uma renda para família que faria a diferença na qualidade de vida.

Antigamente as famílias viviam no campo, ensinavam a seus filhos como produzir, a plantar, cuidar e colher os frutos que alimentaria a família. Hoje muitos filhos agricultores não sabem o que é por uma semente na terra, pois já encontram

todos os alimentos já prontos. Com a tecnologia as famílias se acomodaram só uma pessoa trabalha. Com essas mudanças incluem maquinários levando o abandono dos trabalhos manuais.

As famílias que participaram dessas discussões. Constataram que é preciso encontrar novas formas de trabalhar entre os mutirões e as tecnologias atuais, deixar de se iludir com os pacotes (venenos e insumos) através dos quais acabam se endividando.

E para que estão acampados, é evitar os despejos, organizar cursos para pedreiros e carpinteiros utilizando melhor a mão de obra- de- obras e também encontrar uma forma de plantar a terra ainda imediatamente, coletivamente, tendo que garantir, para isto, união e recursos.

É necessário dar mais atenção para os pequenos agricultores com acesso à terra, crédito fundiário, sementes óleo, hora máquina, tanque de peixes, trator de esteiras, retro-escavadeira, e outros serviços. O bom, no município de Porto Barreiro, é que o governo municipal sempre dá assistência, criando programas voltados aos pequenos agricultores.

4.3.4 Função da comunidade, sentido do lugar onde se vive e des-nuclearização das escolas.

A indagação é o que perdemos na relação das famílias com as comunidades, com a continuidade das comunidades com a saída das escolas.

Sendo que a comunidade além do sentido religioso pelo qual normalmente nasce, tem um valor muito importante para as famílias agricultoras, sempre foi cuidada, tratada com carinho. Nos relatos dos nossos avós, quando iam compravam uma terra, olhavam como era a comunidade e isso influenciava muito na decisão.

Nas comunidades sempre se começava por construir a igreja e depois a escola, nem que fosse uma leiga. As crianças passavam muito tempo ao redor desta

escola e da igreja e das funções que ali aconteciam.

E hoje onde estão nossas crianças? Em quais caminhos andam? O que sentem? Como se comportam?

A Escola era uma segurança para as famílias, pois confiavam que ali as crianças aprenderiam; conheciam muito bem a professora e o relacionamento era muito bom entre “professora” e a “comunidade”.

A nuclearização das escolas foi para diminuir os custos econômicos para a prefeitura municipal; entretanto tivemos, com isto, um custo cultural e educacional que está comprometendo o futuro das crianças e que parece ser maior. No momento da nuclearização estes aspectos não foram levados em conta. Sem falar que o município e as futuras gerações irão pagar um custo social maior do que a pouca economia feita ao nuclear as escolinhas. Isto sem falar de quanto custa o transporte, do risco que as crianças correm todos os dias, nos ônibus e nas estradas. Sem falar do tempo que eles ficam dentro do transporte escolar.

Muitas comunidades que perderam suas escolas foram enfraquecendo e até abandonadas.

Os debates feitos tiveram por base estas reflexões; constatou-se que quando se fechou a escola, a comunidade perdeu a participação. Segundo relatos as famílias gostavam da professora que cuidava das turmas, da limpeza da escola, da alimentação dos alunos. Um vizinho dificilmente desrespeitava o que outro plantava, a comunidade era um lugar onde todos se ajudavam na medida do possível e havia maior convivência entre as famílias /comunidade/trabalho/vizinhos...

Foi se perdendo o sentido da amizade, da conversa, usamos a “TV”, só visitamos os outros por necessidade, não há gratuidade, boa parte das coisas, mesmo com vizinhos, não se resolvem com visitas e conversas, usa-se o telefone. Existe uma grande preocupação com o futuro e será preciso encontrar um caminho para retomar a atenção e a estima pelas pessoas. Repensando o espaço da escola e da família, encontrando estratégias para dialogar sobre a educação, que fossem mais comuns e baseadas em valores que ajudassem a enfrentar criticamente a sociedade atual. Uma das conclusões dos debates com as comunidades foi a decisão de desnuclear algumas escolas (Sertãozinho e Guarani do Cristo Rei), iniciando uma experiência nova de

escola no campo.

4.3.5) Saúde, alimentação e vida saudável.

Com a modernização os agricultores passaram acreditar que a fertilidade da terra estava no adubo químico; a maioria das pessoas que vive no campo também acreditam que a saúde está no remédio da farmácia, seja no mais simples XAROPE ou num medicamento FAIXA PRETA. Nos postos de saúde faltam fichas para remédios, faltam especialistas. Normalmente as famílias não se dão conta da necessidade de cuidar da saúde. Poderíamos indagar qual é a diferença entre tratar a doença e cuidar da saúde?

Investe-se muito mais recursos em remédios, exames, médicos e consultas do que em mudas de árvores frutíferas, sementes de hortaliças, legumes, cereais, açúcar mascavo, ervas medicinais, chás, mel etc. Todos estão relacionados à saúde, evitando doenças e garantindo o bem estar que inclui o corpo, o espírito, a mente e as relações sociais (trabalho, afeto, emoção, confiança, segurança...). Nos debates as famílias perceberam a necessidade de reaprender como utilizar-se dos remédios frutos da terra e também gastar mais tempo com as pessoas, construindo um projeto de vida mais duradouro e digno para as famílias.

Segundo os agricultores, não estavam acostumados e preparados para as mudanças que foram acontecendo e ficaram dependentes dos produtos industrializados, esquecendo de cuidar da alimentação que seria a melhor forma de diminuir as filas nos Postos de Saúde. Só curam as doenças, não “comem” saúde, pois comem muitas “besteiras”, gastam muito em remédios e exames. Perdeu-se muito do que se conhecia de remédios naturais. Os alimentos produzidos nas unidades de produção poderiam ajudar a ter uma vida mais saudável, uma vida com qualidade. Saúde e alimentação deveriam ser objetivo também da merenda escolar para que, além de bem alimentadas, as crianças e os jovens teriam oportunidade de aprender que o fruto do trabalho de suas famílias é importante.

Os desafios são grandes. Em primeiro lugar as secretárias de saúde, educação e agricultura poderiam resolver muitos problemas se estivessem mais juntas. Repensando os hábitos alimentares, passando a consumir basicamente o que é produzido, como carne, verduras, açúcar mascavo, orgânicos, poderiam garantir o alimento para ter mais saúde. Para alcançar isto é necessária a conscientização das pessoas e do governo municipal, pois vão ser necessários acompanhamento técnico e incentivo da Secretaria da Agricultura articulando á secretaria de saúde. Será necessário também pensar outros passos como cooperativas para comercializar os produtos que poderiam ser desenvolvidos através dos Clubes de Mães, buscarem alimentos naturais e ervas medicinais ampliando os conhecimentos na produção e aproveitando os remédios caseiros. Outra questão é que todas as famílias do município tenham casa, luz e água, pois a estrutura também é importante como condição de saúde para famílias.

4.3.6) Escola E projetos de educação/formação para agricultores.

A escola hoje perdeu muito de seu poder de influência sobre as famílias, sendo que este espaço foi ocupado pela mídia. A escola já não tem a mesma importância que teve no passado na formação das gerações . Se antes a escola era um dos únicos espaços que repassava informações. Hoje as informações são como mercadorias; basta olhar a Internet, o grande número de revistas, livros e tantas formas que estão ao alcance da maioria da população, mesmo do campo. Porém as informações são passageiras e estar bem informado não significa ter conhecimento. Ter conhecimento significa ser capaz de ter argumentos sobre o que se fala, pelo menos em três níveis: sobre a histórias, sobre os fundamentos e sobre sua relação com a realidade concreta do momento que se vive não apenas uma relação com que se assistiu na televisão.

Desafiar-se a pensar a escola hoje significa avançar para construir com as crianças, adolescentes e jovens, o conhecimento que faça a diferença em suas

vidas. A escola precisa mudar seu foco: se antes o ponto central era a matéria e o aluno considerado um depósito de informações que copiava e repetia e a professora cobrava apenas o conteúdo repetido mais uma vez na prova, hoje deve ter como ponto central a pessoa, o sujeito que está neste aluno e não simplesmente uma matéria e o que ele deve decorar. Então a escola deverá ocupar-se das pessoas que nela estudam (Quem são? O que esperam? O que sonham?) e ajudá-las a construir conhecimentos que dêem acesso ao que a humanidade já produziu e que compreendam o que estão vivendo para construir um futuro como seres humanos.

A tarefa de repensar esta escola é das famílias, das comunidades e de suas organizações, do município, com um Projeto de Desenvolvimento, assumindo para além daquilo que sempre foi feito, podendo assim construir coletivamente uma nova ética, um novo projeto, uma “escola com os pés no chão da vida”, que ensine como conhecer, isto é como escolher e reconhecer as informações que vão ajudar as pessoas a serem cada dia mais gente, mais felizes e humanizados/as.

Mas a escola não é o único lugar de formação para as famílias agricultoras. Todos os adultos, pais e mães e jovens, devem ter oportunidade de estudar, conhecer e ter acesso à formação que lhes foi negada na idade escolar. Por isso é fundamental criar, junto com as diferentes propostas de desenvolvimento, de agricultura, de educação, de saúde, processos que garantam o acesso à educação, formal e não-formal.

Através dos debates foi constatado que hoje se tem menos analfabetos, porém a escola está pior, pois antigamente ela educava e ensinava era um tempo em que pessoas viviam mais unidas, a escola mais próxima da comunidade e da vida das famílias, das crianças das plantações, das brincadeiras, da educação, da comunidade. Nas escolinhas do campo a aprendizagem era melhor, os pais e as mães se preocupavam menos não era tanto consumo e moda como hoje. Não se deveria fechar as escolas pequenas e levar as crianças para escolas distantes. Enquanto isto continuar, será preciso melhorar o transporte escolar e também a educação, pois hoje se educa só para o mercado e não para ser gente, ser educado, respeitar as pessoas. A volta de algumas escolas para as comunidades seria a oportunidade de ter uma educação voltava para nós com um projeto de vida que eduque e valorize aquilo que

tem aqui, ensine a ser gente, além daquilo que a mídia ensina para nossas crianças e adolescentes... Fortalecer as escolas, voltar a escola do campo através de desnuclearização ou descentralizando partes da escola.

4.4 AS MÍSTICAS.

O PCFE trabalhava com uma linha ideológica clara: o campo enquanto um espaço de resistência aos embates capitalistas mercadológicos. Neste sentido todos os encontros eram iniciados com uma mística construída pelos próprios moradores das comunidades.

As místicas demonstravam principalmente a diversidade de produção de alimentos que os camponeses produzem, contrariando a lógica capitalista do agronegócio, para o qual o campo tende a se tornar um mero espaço de produção de mercadorias, baseado nos princípios da produção de monoculturas.

Eram visíveis nestes momentos alimentos como: feijão, arroz, milho, mandioca, batata doce, abóbora, melancia, ovos, açúcar mascavo, mel, além de uma infinidade grande de frutas e verduras. Este momento também servia para fazer uma reflexão de que se pode ter uma vida de qualidade muito boa no campo, tendo uma dependência mínima do mercado. Isto quer dizer que era o momento de refletir sobre a identidade camponesa e a auto sustentabilidade na roça.

Além da diversidade de alimentação, as místicas eram um momento de expor um pouco da cultura dos povos do campo, onde era muito comum as músicas e poesias que os camponeses cultivam ao longo dos tempos como marca registrada, que anima e fortalece a vivência na zona rural.

4.5. A DINÂMICA DOS ENCONTROS.

Os encontros do PCFE, sempre iniciavam em torno das 09h00min da manhã e encerravam às 16h30min. O início era sempre com uma mística. Após a mística o Prefeito ou um dos Secretários do município faziam uma fala rápida, ressaltando um pouco do que se propunha com o PCFE. Após esta fala inicial, quem coordenava todos os trabalhos era a Professora Cecília Maria Ghedini, onde fazia uma explanação do projeto e em seguida encaminhava uma divisão em grupos.

Os grupos eram divididos primeiramente por gênero. Homens num grupo, mulheres no outro. Esta divisão se justifica que na cultura camponesa existe uma cultura machista/patriarcal muito forte e se as mulheres estivessem no mesmo grupo que os homens, muitas se sentiriam intimidadas. Outro grupo com os jovens e ainda mais o grupo das crianças. Conforme o número de crianças e jovens que houvesse no encontro, estes também eram sub-divididos, para desta forma haver uma participação maior.

Após as divisões em grupo, eram distribuídos os temas para serem lidos e debatidos nos grupos. Cada grupo escolhia um coordenador e um relator. O relator anotava as idéias debatidas e a relação disso com a realidade das famílias camponesas.

Era estabelecido um tempo determinado para os grupos trabalharem, geralmente uma hora. Após este período de discussão em grupo as questões eram socializadas com o grande grupo. Os grupos das crianças socializavam suas idéias de como tornar a vida na comunidade, no campo melhor através de desenhos, paródias e poesias.

Uma constatação que foi percebida e considerada relevante é que as pessoas não param para refletir em conjunto sobre a vida e os problemas que todos têm. Perceberam também o quanto cada qual está isolado em seu canto tentando resolver o seu problema. Cada vez as pessoas estão confiando menos uma nas outras. Constataram que desta forma não dá mais para continuar. “Ninguém mais tira tempo para ir visitar um amigo, tomar um bom chimarrão, o trabalho na agricultura de hoje em dia é bem mais fácil, mas não temos tempo para nada”(PCFE, 2006). Este isolamento a

que as pessoas estão se referindo é algo comum na lógica dos sojeiros, como diria a professora Cecília, tendo em vista que eles assimilaram a doutrina capitalista que prega a individualidade e a competitividade, desta forma não se confia mais nas pessoas.

Outro elemento que justifica a falta de tempo as visitas entre as famílias é que estas colocaram um elemento estranho no seio da família e a partir desta entrada todos se tornam escravos deste. Este elemento estranho a que se faz referência é a televisão: “a televisão é quem dita a moda lá em casa, a juventude quer saber de comprar tudo o que se passa na televisão, não é mais igual antigamente que qualquer coisa estava bom”. (PCFE, 2006). As pessoas não têm tempo para se visitarem porque principalmente estão escravizadas pelas tele novelas.

Na fala dos adultos, também, percebeu-se um ponto forte. É com relação ao espaço proporcionado para as crianças falarem: “no nosso tempo, criança não falava nada, bastava meu olhar e eu já sabia que tinha de ficar bem quietinho se não iria apanhar.”(PCFE, 2066). Diziam eles. É incrível quantas idéias boas as crianças são capazes de pensar para melhorar a vida em comunidade, o mundo seria bem melhor se ouvíssemos mais nossas crianças.

Enquanto os encontros estavam acontecendo, geralmente nos centros comunitários das comunidades, uma equipe da própria comunidade já estava preparando as refeições. Os alimentos eram trazidos pelos participantes.

Esta foi uma forma de resgatar as confraternizações e os almoços comunitários, tendo em vista que as festas que se fazem são somente com interesse financeiro; até mesmo as religiões só promovem eventos para angariar recursos. Os almoços tinham muitos pratos típicos da cultura camponesa, onde se destacavam: o arroz de tacho, quirera com carne de porco, muito arroz, feijão, mandioca, carnes diversas, além de inúmeras espécies de saladas e frutas, e para completar suco de limão, laranja e cana. Vale a pena ressaltar também, que cada um lavava seus pratos, talheres e copos.

Após o almoço a comunidade retornava para a grande plenária, onde a coordenadora, Professora Cecília, retomava demonstrando, a partir das constatações dos grupos, evidências de falta de diálogo e cooperação entre as pessoas, para buscarem soluções no coletivo. Em um segundo momento, no período da tarde, as

discussões voltavam para os grupos, onde juntos estes iam pensar soluções para os problemas e levantar propostas para melhorar a vida em comunidade. Mais para frente serão destacados os principais projetos levantados pelas comunidades e destacar o que realmente se efetivou na prática.

Na volta havia novamente socialização para o grande grupo das discussões, escolhia-se uma equipe para ficar responsável por manter a comunidade organizada e participar da coordenação municipal do PCFE.

E para encerrar os encontros, havia uma parte cultural, com muita música, dança e um lanche com os mais diversos doces e bolos que os camponeses fazem. Era muito comum na parte cultural se fazer a dança do chapéu, dança da vassoura, trovas, declamações e poesias.

4.6 OS PROJETOS PENSADOS NO COLETIVO.

Destacam-se os principais projetos pensados pelas comunidades, de forma coletiva, durante os encontros do PCFE.

1 – COMUNIDADES: SEDE E KM 13

Qual é o Projeto	Contribuição da Comunidade	Contribuição dos Governos (Municipal, Estadual ou Federal)
Praça de diversão para crianças e adultos na sede parque infantil, quadra de areia	Local com árvores, doações dos pneus material	
Ocupação para as crianças enquanto as mães trabalham		
Fábrica empregos para as mulheres		
Segurança na escola do primário	Pessoas da comunidade	
Casa cultural	Montagem do projeto casa	Verbas para estrutura, assessoria
Montar grupo para elaborar projetos e fortalecer o grupo		

Cursos superiores voltados e adequados com a realidade		
Fortalecimento dos projetos compra direta	Levantar demanda divulgação e formação	Auxiliar
Melhor aproveitando do ginásio de esportes, abrindo nos finais de semana e incluindo novas modalidades, como vôlei, Handebol, basquete, tênis de mesa, xadrez.		Uma pessoa responsável
Curso de artes musicais – festival	Ajudar a organizar	Espaço assessoria
Curso de técnica agroecologia		

2 - COMUNIDADES: GUARANI DO CAVERNOSO, LINHA GONÇALVES, LINHA LIMA

Saúde

Qual é o Projeto	Contribuição da Comunidade	Contribuição dos Governos (Municipal, Estadual ou Federal)
Mudança de hábitos alimentares. Produção própria, açúcar mascavo, carne.	Formação e consciência do povo	Auxílio técnico para a produção e criação ou alimentos orgânicos.

Educação

Qual é o Projeto	Contribuição da Comunidade	Contribuição dos Governos (Municipal, Estadual ou Federal)
Volta das escolas nas comunidades, 5ª a 8ª próxima das famílias. Compra Direta – organizar comercialização desde as comunidades. Trabalhar na escola com uma visão agroecológica; Incluir no planejamento a diversificação.	Diálogo, passado e futuro. Festas Juninas (Folclóricas). Rodada de cantoria uma vez por mês.	

Agricultura

Qual é o Projeto	Contribuição da Comunidade	Contribuição dos Governos (Municipal, Estadual ou Federal)

		Federal)
<p>Formação e qualificação dos agricultores e comunidade.</p> <p>Projeto para melhor a produção de leite.</p> <p>Pensar uma agroindústria para as crianças cultivarem frutos para eles transformarem.</p> <p>O que fazer com as dívidas.</p> <p>Compra direta, autoconsumo.</p>	Planejar e diversificar a propriedade.	
Cultura		
Qual é o Projeto	Contribuição da Comunidade	Contribuição dos Governos (Municipal, Estadual ou Federal)
<p>Resgate do espaço de lazer; comidas típicas, galpão crioulo.</p> <p>Resgate da cultura.</p> <p>Organizações de Equipe e Associações.</p>	<p>Formação e organização para consciência.</p> <p>Grupo de Teatro e resgate da Cultura.</p>	
3 - COMUNIDADES: RIO NOVO E VILA RURAL		
Qual é o Projeto	Contribuição da Comunidade	Contribuição dos Governos (Municipal, Estadual ou Federal)
Espaço de lazer	<p>Madeira</p> <p>Espaço</p> <p>Mão de obra</p> <p>Construção.</p>	Terraplanagem
Música para a comunidade	<p>Organização e prática</p> <p>Repassar, aprender, contribuir</p>	Curso
Panificadora/ cozinha industrial	Reforma da cozinha local	Máquina e equipamentos.
Medicina alternativa	Mudas, tela, espaço	Sementes desconhecidas.
Aviário comunitário	Adubo	Financiamento, incentivo da

	Hora medicinal, verduras, plantio de milho, trabalho	Secretaria de Agricultura. Estrutura, para comércio compra e venda.
Espaço de Cultura para as crianças aprenderem	Local – professor	Bonificação.
Horta comunitária e roça	Resgate de sementes antigas Mudas de pasto Espaço	Técnico para assistência
Pomar para as famílias.		Mudas de diversas variedades.
Melhoria e resgate das raças rústicas, criação de ovelhas e cabras.	Inseminador da comunidade.	Bujão Começo/ conhece. Atividade.
Calçamento.	Curso para aprender confecção de brinquedos.	Monitor. Ensinar as crianças. Madeira. Formação/ formação.
EJA –adultos.	Material – formação. Pessoas voluntárias da comunidade.	

4 - COMUNIDADES: SÃO VALENTIM, LINHA IGUAÇU, LINHA ROCHI E LINHA ZAMPOLI

Qual é o Projeto	Contribuição da Comunidade	Contribuição dos Governos (Municipal, Estadual ou Federal)
Legalizar o terreno da comunidade associação para industrializar o leite.	Levantar a questão do terreno, organização da associação.	Assessoria técnica.
Formar organizar o grupo de jovens.	Terreno	Estrutura
Resgate de sementes.	Intercambio, trabalho.	Assistência técnica intercambio trabalho.
Agroindústria, Cultura, dança.	Espaço.	Estrutura, intercâmbio, assessoria.
Industrialização transformada do que se produz aqui. Formação e conhecimento para as mulheres camponesas.		Assessoria, Intercâmbio conhecimento técnico.

Formação dos jovens para viver, estudar no campo.		
Produção de adubação verde para o solo, cobertura para comercializar sementes alternativas.		Técnico para assessoria, formação.

5 - GUARANI DO CRISTO REI (SANTÍSSIMA TRINDADE E HONÓRIO BABINSKI) E MORADORES (SERRA DOS GRAMEIROS)

Qual é o Projeto	Contribuição da Comunidade	Contribuição dos Governos (Municipal, Estadual ou Federal)
Voltar as escolas na comunidade Rural	Fazer levantamento sobre o número de alunos, transporte, possível divisão em ciclos, melhoria na estrutura, documentação	Conseguir fundos para executar.
Lazer para crianças e jovens	Criar uma quadra esportiva e um parque para as crianças	
Viabilizar o transporte e acesso ao município	Como melhorias nas estradas incluindo o calçamento já proposto em projeto pela vereadora local, pois a empresa que arrecada o leite se recusa a continuar devido as condições das estradas	
Construção do poço artesiano	Agilizar o que já esta aprovado e liberado	Governo estadual
Espaço para expor artesanato local	Se organizar nos clubes de mães	Governo municipal

6 - COMUNIDADES: PORTO SANTANA E PINHAL VELHO

Qual é o Projeto	Contribuição da Comunidade	Contribuição dos Governos (Municipal, Estadual ou Federal)
Microempresa de jeans e confecções para ajudar na renda das mulheres agricultoras.	Arrumar o lugar organizar as mulheres	Organização, comercialização.
Um parque para as crianças brinquedos, informáticas, pintura, outros músicas etc		
Parque infantil		
Lotes regularizam para horta comunitária e cozinha industrial para merenda		

escolar.		
Reflorestamento plantio, palestra, programa proteção de água.		Programa de subsídio para reflorestar
5ª a 8ª série municipal		
Ensino médio no local EJA	União dos grupos	
Comercialização dos produtos: artesanatos		
Assessoria intercambio.		

7 - COMUNIDADE: PASSO DAS FLORES

Qual é o Projeto	Contribuição da Comunidade	Contribuição dos Governos (Municipal, Estadual ou Federal).
Cultura e Esporte		
Construção de parque com material reciclável	Mão de obra da comunidade com mutirão de materiais	Municipal
Construção ou reestruturação da quadra	Espaço e mão de obra	Federal
Clube de lazer com academia, piscina, aulas de dança e teatro	Espaço próprio	Federal e municipal
Diversões esportivas para os alunos como uma quadra ou campo	Apoio da comunidade e da prefeitura e busca de fundos perdidos ou de contra partida	Repasse de verbas
Parque infantil de pneus	Casa familiar rural: mão de obra local	Apoio com profissionais
Cancha de bocha	Mão de obra, manutenção e conservação	Material esportivo e a estrutura
Saúde		
Infância saudável, reutilização do lixo e preocupação com o meio ambiente.	Mão de obra local	Apoio com profissionais
Árvores frutíferas (geração de renda e saúde)	Organização e mão de obra	Profissional para cursos e técnico para acompanhamento
Horta comunitária de plantas medicinais e verduras	Local e mão de obra, conhecimento sobre ervas medicinais, mão-de-obra em forma de mutirão	Área para utilizar a horta

Comercialização de produtos locais na comunidade, para renda e saúde	Mão de obra	Assistência na produção até a comercialização
--	-------------	---

Educação

Volta das escolas nas comunidades	Levantamento do número de alunos da comunidade	Esfera municipal
Ampliação do espaço da casa familiar rural	Apoio da comunidade e prefeitura	Repasse de verbas
Plantação de flores, curso de paisagismo, flores para decoração	Mão de obra, reuniões, terrenos, organização da associação	Apoio de crédito, incentivos técnicos para orientação e fornecimento de sementes e mudas.

8 - COMUNIDADES: ÁGUA DO BOI, BARRA GRANDE I E BARRA GRANDE II

Qual é o Projeto	Contribuição da Comunidade	Contribuição dos Governos (Municipal, Estadual ou Federal).
Lazer diversão para a comunidade, à família (jovens, pais, mães).	Terreno	O que mesmo?
Embelezar a comunidade com flores, grama, árvores.	Plantar, buscar mudas, etc.	Mudas de árvores.
Telefonia pública para as três comunidades.	Associação local.	
Teatro	Local, grupo.	Profissional.
Feira do Produtor numa cidade maior.	Associação, conhecer, pesquisar, ver local, produto.....	Profissional, assistência, transporte.
Fruticultura de verduras.	O que vai fazer?	Parceria para comercializar na Merenda Escolar.
Turismo local.	Espaço, organização.	Apoio na estrutura assessoria da Cantuquiriguaçu (Governo Federal).
Melhorar a renda e alimentação coma construção de açudes.	Documentação local.	Hora Máquina
Aprender a costurar e reunir-se na comunidade.	Material local.	Máquina
Resgatar ervas medicinais para os remédios da família e aumento de renda.		Destilador

A volta das Escolas Rurais 1ª a 4ª série	Se reunir e ver melhor Discutir entre as comunidades e governo a melhor proposta de escola	Estrutura e grade curricular próprio conteúdo voltado para a realidade
Parque e brinquedos		
9 - ACAMPAMENTO PORTO PINHEIRO E COMUNIDADE SANTA RITA		
Qual é o Projeto	Contribuição da Comunidade	Contribuição dos Governos (Municipal, Estadual ou Federal).
Lazer, encontro, festas e outros	Mão de Obra	Material
Formar grupos de jovens	Incentivar os filhos orientando.	Profissional da área para ajudar
Formação e encontro dos pais e juventude da comunidade	Organizar e convidar as famílias.	Profissional da área para ajudar
Criação de um grupo de teatro	Roupas e fantasias.	Transporte, educador
Resgates de sementes crioulas, produção de alimentos Cultivo da diversidade	Trocar experiências diminuir investimentos, aumentar a renda. Plantar as próprias sementes.	Buscar mais alternativa na agroindústria União na política a partir da realidade Incentivar e plantar orgânico
Organizar a família comunitária	Organizar as famílias locais com?	Estrutura Apoio para discussão e incentivo
Conservação e produção de água	Reflorestar ao redor das vertentes.	Mudas nativas
Proteger as fontes	Não utilizar venenos próximos Ajudar a fazer coletivo	Material Mudas Assessoria Quem não cuidar
Colégio de 5ª a 8ª série	Mobilização	Discussão do processo
10 - COMUNIDADES: SERTÃOZINHO E ALTO SERTÃOZINHO		
Qual é o Projeto	Contribuição da Comunidade	Contribuição dos Governos (Municipal, Estadual ou Federal).
<i>Educação</i>		

Ter a escola na comunidade. Biblioteca nas comunidades. Projeto de Educação de Adultos (Saberes da Terra), Desenvolvimento/ Educação/ Agricultura, etc... Projeto Pedagógico Voltado para a comunidade.	Unir-se e construir acordos. Resgatar os costumes / história. Iniciativas para unir a comunidade. Estudar para voltar e trabalhar na comunidade. Pais se envolver e participar mais na escola. Criar grupos de Jovens.	
<i>Agricultura</i>		
Planejamento da Mão de Obra e Assistência Técnica. Como incentivar o aproveitamento da Mão de Obra no Campo/ Trabalho. Horta – Incentivo da Secretaria da Agricultura.	Juntar as famílias na comunidade para estudar o ECA e refletir a Educação dos Filhos. Dar continuidade nos encontros. Formação para agricultores/ famílias. Discutir o que vem para a comunidade. Ter iniciativas para a comunidade. Ex; bois para o coletivo	
<i>Saúde</i>		
Ervas Medicinais – Técnicos		
<i>Renda da Família</i>		
Cooperativas para comercializar os produtos dos Clubes de Mães Compra Direta Sementes de Hortaliças Produção de Remédios Caseiros – aproveitamento		

(PCFE, 2006 e 2007)

A idéia principal que esperávamos do PCFE, era de que estes projetos

tomassem corpo e fossem levados realmente para a prática, ganhando “movimento”¹⁴. O quadro acima relata sonhos das pessoas, que em muitos casos refere-se a coisas simples, mas que não são colocados em prática, porque esperam que alguém, o poder público, venha e faça por eles.

Estes trabalhos deveriam ser retomados num outro momento, em que a comunidade se reuniria novamente para definir quais desses projetos poderiam assumir como um primeiro passo. Além disto, deveriam pensar e propor uma apresentação para o Seminário de Síntese que aconteceria na seqüência.

No seminário de socialização das experiências as comunidades tiveram oportunidade de conhecer os projetos das outras comunidades e expor os seus projetos, além de poderem interagirem com pessoas de todas as comunidades do município.

4.7 A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO PCFE.

É urgente inventar novos atalhos, acender novos archotes e descobrir novos horizontes....

(Urgência de viver, urgência de ser; Armando Artur).

O PCFE nasceu como um projeto de educação, que bem mais do que abrir espaço para que todas as pessoas ajudassem a repensar o processo educacional, visualizava o que Artur escrevera ao qual parafraseamos, onde para que haja a emancipação e a libertação dos seres humanos das cadeias deterministas do capitalismo, faz-se necessário e urgente inventar novos atalhos, descobrir novos caminhos. Nesta perspectiva o PCFE ganhou corpo quando se percebeu que seria necessário ampliar o conceito de educação. Diante desta perspectiva, percebeu-se que a escola, a educação, precisa ser repensada. Uma educação que seja para além da sala de aula, da escola. Uma educação que seja para a vida, onde os educandos sejam vistas como sujeitos do processo, onde se trabalhe com enfoque em valores humanos de cooperação, solidariedade, união, respeito. Numa perspectiva de vida em sociedade,

¹⁴ “Movimento”, tem o sentido de mexer com as comunidades.

onde todos tenham espaço para viverem, sem que seja necessário competir uns com os outros.

Na perspectiva de se trabalhar o PCFE, enquanto uma proposta de educação do campo ouve um amplo envolvimento de todas as escolas neste processo. O envolvimento das professoras se deu em diferentes esferas; desde a ajuda na organização das comunidades, na preparação dos educandos para participarem dos encontros em suas comunidades, sendo estes dispensados da escola sem levar falta; até a problematização de diversas situações durante os encontros, aproveitando para situar melhor os pais sobre o trabalho que desenvolvem.

Cada professora escolhia diversas comunidades em que gostariam de participar, sendo preferencialmente as mais próximas em que residem, ou das comunidades que recebem um número considerável de educandos. Elas também tinham uma função importante de trabalho durante os encontros, cuidando dos grupos de crianças, fazendo brincadeiras, dramatizações, produções de desenhos, textos, enfim era sempre um trabalho diferenciado do que seria seu trabalho normal de sala de aula.

Os alunos da comunidade em que era realizado o encontro do PCFE, também eram dispensados das aulas, porém eles deveriam participar dos encontros. Até mesmo os educandos de 5ª a 8ª Séries e Ensino Médio eram dispensados das aulas e convidados a participarem.

Também gostaríamos de destacar, a ampla participação dos professores da Rede Estadual de Ensino, bem como dos professores, monitores e educandos da Casa Familiar Rural de Porto Barreiro. Com a participação de pais, professores e alunos, tínhamos como discutir educação tendo diferentes visões sobre o mesmo assunto. Para os professores, principalmente era um momento ímpar de conhecer um pouco os familiares de seus alunos e quais são as opiniões sobre a escola e os trabalhos nela desenvolvidos. Nestes momentos conseguíamos perceber a grande lacuna existente entre a educação desenvolvida nas unidades de ensino e o que os pais esperam da escola para seus filhos.

Uma constatação foi unânime neste processo todo: a escola do jeito que está não serve, é preciso reinventar uma escola que valorize os educandos, sua

realidade, sem negar a cultura que cada qual possui.

A partir destas constatações, algumas mudanças iniciaram nas escolas, tais como: ajardinamento, construção de parques infantis a base de sucatas, maior participação dos pais nas atividades escolares, feira de trocas de sementes, projeto de educação alimentar, reagrupamento dos educandos, conforme os níveis, confecção da PAIE (Pasta de acompanhamento individual dos educandos) reativação de hortas escolares, projetos de artes a partir de sucatas, seminários de trocas de experiência entre os educadores, maior envolvimento nas atividades relacionadas a dimensão da agricultura, produção e desenvolvimento do PCFE, por parte da educadoras e reconstrução coletiva das Propostas Político Pedagógica das escolas, tendo por base os dados coletados nos encontros do PCFE.

... Repensar o espaço da escola e da família, talvez poderíamos encontrar estratégias de diálogo, de educação, que fossem mais comuns baseados em valores que nos ajudassem a enfrentar esta concorrência da sociedade atual. Um dos caminhos que temos certeza é o diálogo, só que não tem receita pronta, será preciso estar preparados, não desistir, sermos insistentes, ter organização os pais e mães se envolver e participar mais na escola e na comunidade, criando iniciativas para unir a comunidade, como resgate dos costumes, da história, de festas folclóricas, de rodas de cantorias. Unir-se e construir acordos, talvez um aspecto que pudesse ajudar seria a os adultos voltar a estudar na própria comunidade aproveitando as escolinhas. Desnuclear algumas escolas como Sertãozinho e Guarani do Cristo Rei, iniciando uma experiência nova, diferente de escola no campo. (Fala dos pais nos encontros do PCFE, 2006).

Ao concluirmos o 4º capítulo, e o trabalho de monografia, poderíamos afirmar que a idéia construída durante todo o processo de escrita desta obra, afirmando que o PCFE, seria um projeto de educação contra hegemônico ao projeto de desenvolvimento capitalista, fora em partes desconstruída e poderíamos destacar alguns elementos que justificam tal prerrogativa:

- 1º. Falta de profissionalismo e entrega por parte dos educadores;
- 2º. Acomodação por parte das comunidades, fruto do clientelismo presente na cultura local, que leva a uma atitude de sempre esperar que alguém venha resolver os seus problemas;
- 3º. Falta de organizações que representem os interesses populares para além do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao concluir o trabalho de escrita monográfica, retomo a concepção de Meszáros, para o qual;...educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida. Que educação não é uma mercadoria. (Meszaros, 2005, p 11). Eis então o grande enfoque que defendemos para a educação, e que o PCFE procurou debater com todos os munícipes, Porto barreirenses, uma educação que se contra põs ao sistema hegemônico capitalista, que não prepara as pessoas para a vida, prepara para o mercado de trabalho, ou seja, trata os alunos como mercadoria, que serão vendidas aos capitalistas.

Poderíamos afirmar sem medo algum de errar que o PCFE, conseguiu criar um grande movimento para se pensar e repensar a educação, conseguiu-se, mexer com as comunidades, dinamizando um pouco as comunidades, reforçando principalmente o sentimento de união e cooperação e isso é contra hegemônico, pois o capitalismo prega o individualismo e a competição entre as pessoas. Aqui também destacamos alguns resultados práticos na área da educação, que era o pano de fundo de todas as discussões, onde destacamos;

Ajardinamento, construção de parques infantis a base de sucatas, maior participação dos pais nas atividades escolares, feira de trocas de sementes, projeto de educação alimentar, reagrupamento dos educandos, conforme os níveis, confecção da PAIE (Pasta de acompanhamento individual dos educandos) reativação de hortas escolares, projetos de artes a partir de sucatas, seminários de trocas de experiência entre os educadores, maior envolvimento nas atividades relacionadas a dimensão da agricultura, produção e desenvolvimento do PCFE, por parte da educadoras e reconstrução coletiva das Propostas Político Pedagógica das escolas, tendo por base os dados coletados nos encontros do PCFE.

Destacamos também alguns pontos que consideramos obstáculos dentro do processo, que não permitiu um avanço maior:

- 1º. Falta de profissionalismo e entrega por parte dos educadores;
- 2º. Acomodação por parte das comunidades, fruto do clientelismo

presente na cultura local, que leva a uma atitude de sempre esperar que alguém venha resolver os seus problemas;

3°. Falta de organizações que representem os interesses populares para além do governo.

Poderíamos perfeitamente concluir este trabalho afirmando que o objetivo maior proposto pelo PCFE foi plenamente alcançando os objetivos de ampliar o conceito de educação, fazendo com que as pessoas percebessem que educação não se restringe a escola, transporte escolar e professores. As pessoas perceberam que a educação está diretamente relacionada com um projeto de desenvolvimento, com a vida e os problemas vivenciados. Em muitos momentos atingindo a contra hegemonia capitalista, fazendo com que todos repensassem suas ações na perspectiva de um projeto maior, valorizando mais as pessoas e menos o capital, além de criar um movimento nas comunidades.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ª Edição, São Paulo, Expressão Popular , 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia del oprimido**. Buenos Aires, Siglo XXI, 1974
- _____, **Pedagogia da Autonomia**, 13ª ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1999.
- _____, **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo, UNESP, 2000.
- FURTADO, Celso, **Formação Econômica do Brasil**, São Paulo: Editora Nacional, 1989, 23 ed.
- GHEDINI, Cecília Maria. **Sujeitos em movimento. Uma contribuição para Processos de Desenvolvimento e Educação do Campo. Caderno da 1ª Fase**, Porto Barreiro, PR, Setembro de 2007.
- MESZAROS, Stvan. **Educação para além do capital**. São Paulo Boitempo, 2005.
- PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o Campo Democrático e Popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp,
- PIRES, Ariel José; SANTOS, Wanda T. Pacheco dos. **Um pouco de história e geografia de um povo. Textos históricos e geográficos**. Porto Barreiro: Prefeitura Municipal, 2001.
- PRADO JÚNIOR, Caio, **A Revolução Brasileira**, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, 7 ed.
- (Klepsidra - Revista Virtual de História), 2007.
- (multirio@rio.rj.gov.br) 2007.